DF DIÁRIO OFICIAL

Brasília, terça-feira, 06 de março de 1990

ANO XIV Nº 44

Brasília vai ganhar o Parque Ecológico Norte

O governador Joaquim Roriz inaugura amanhã, às 9h30, o marco do Parque Ecológico Norte de Brasília, localizado no final da W/3 Norte, próximo ao Quartel do Corpo de Bombeiro e 2ª Delegacia Policial. Com uma área de aproximadamente 256 hectares e perímetro de 9 mil 750 metros, o local funcionará como faixa de proteção entre a Asa Norte e as futuras projeções urbanas a serem construídas nas proximidades, como a mancha prevista no Projeto Brasília Revisitada, contendo a ameaça de crescente expansão sobre o Plano Piloto.

"É mais uma espaço que garante as características de Brasília como cidade-parque, reconhecidas internacionalmente como proporcionadoras de excelentes condições de vida através da presença de abundante vegetação permeando as edificações", afirma o secretário de Meio-Ambiente, Ciência e Tecnologia, Rubem Fonseca Filho. Diz ele que o parque contribuirá para a manutenção de manchas de vegetação nativa próximas à cidade, importantes para manter a umida de do ar e o equilíbrio térmico, além de oferecer áreas de lazer, esporte e cultura.

O projeto do Parque está dividido em oito etapas envolvendo a construção das sedes da Sematec, Instituto de Ecologia e Meio Ambiente e Instituto de Ciência e Tecnologia, numa área aproximada de cinco hectares. Serão instalados também o Parque Zoobotânico para preservação e representação da vida silvestre do cerrado e a Ala dos Estados, onde cada unidade da Federação terá uma área de dois hectares para reprodução do ecossistema típico do estado e instalação de boxes para venda de pratos típicos e artesanato regional.

Flávio Azevedo



Roriz preside a festa de inauguração, amanhã, às 9h30

A Universidade de Brasília, a Secretaria de Agricultura e Produção e empresas como a Emater e Embrapa deverão cooperar com a Sematec para a implantação no Parque do Museu da História Natural do Cerrado, que consistirá na montagem de estandes permanentes onde serão apresentados de forma educativa os diversos **habitats** do cerrado, além de herbário e coleção de insetos. O Parque Ecológico Norte disporá, ainda, de ponto de observação de pássaros, trilhas ecológicas, viveiro de árvores nativas, centro de atividades culturais — um anfiteatro ao ar livre e pavilhão de exposições — e área de esportes e lazer, envolvendo ciclovia, pista de **cooper**, espelhos d'água, recantos para piqueniques, churrasqueiras e conjuntos recreativos.

A construção do Parque começou com a remoção das invasões existentes na área e a retirada de entulhos e instalação da cerca delimitando o perímetro. Na opinião do secretário Rubem Fonseca Filho, a presença da Sematec no parque vai fortalecer suas características ecológicas, permitindo a influência constante e direta junto às atividades desenvolvidas, além de garantir a presença da educação ambiental.

Setor de Armazéns no Nucleo

A Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia (Sematec) realiza quinta-feira próxima, às 15h, audiência pública para apreciação do Relatório de Impacto Ambiental do Setor de Armazenamento, Indústria e Abastecimento do Núcleo Bandeirante. Depois disso, a Sematec poderá liberar ou não o empreendimento.

O secretário Rubem Fonseca (Meio Ambiente,Ciência e Tecnologia) destacou que a exigência do Rima para atividades potencialmente poluidoras está prevista na atual Constituição. Acrescentou que, durante a audiência pública, o relatório será levado ao conhecimento dos interessados, que poderão fazer restrições e apresentar sugestões. "O Rima é um instrumento altamente democrático e garante que o empreendimento será executado de forma harmônica e bem-sucedida. A comunidade deve se conscientizar de que pode participar do processo de elaboração."

Para o setor empresarial do Núcleo Bandeirante, a criação da área é de fundamental importância para garantir o desenvolvimento econômico da localidade. Argumenta-se que somente assim será possível reordenar o comércio da cidade e aumentar a absorção de mão-de-obra.

A partir da implantação do novo setor, que deverá receber proximamente serviços de infra-estrutura básica, lotes serão licitados pela Terracap. A seleção dos pretendentes à aquisição dos terrenos será feita por uma comissão integrada por técnicos da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo e por representantes de entidades da comunidade do Núcleo Bandeirante, como forma de democratizar a implantação do Programa de Industrialização do Distrito Federal.

Várias inaugurações no Cruzeiro

O Governador Joaquim Roriz entregará, amanhã, à população do Cruzeiro novas benfeitorias.

O roteiro do governador prevê, às 15h00, as seguintes inaugurações: às 15h00, via de acesso ao Cruzeiro Center, localizada em frente ao posto de gasolina do Cruzeiro Velho, junto à EPIA; e às 15h30, quadra de esportes polivalente das Quadras 10/12, do Cruzeiro Velho. Logo depois, às 16h30, haverá o lançamento da pedra fundamental do Setor de Oficinas e Microempresas da QMSW2, Setor Sudoeste, fundos do Reservatório 3, da Caesb.

A maratona de inaugurações prossegue com a entrega da quadra de esportes polivalente da Quadra 609, que marca o início da obra do Clube Social Unidade e Vizinhança; inauguração da Biblioteca Pública e Casa da Cultura, localizadas na antiga sede provisória da Administração Regional do Cruzeiro; e reinauguração do prédio do Jardim de Infância 1, no Cruzeiro Velho.

A visita de Roriz será encerrada às 18h00, no Cruzeiro Velho, com o descerramento da placa comemorativa alusiva à instalação da primeira Administração Regional do Cruzeiro.

Ceilândia já tem programa para comemorar seu 19º aniversário

A Administração Regional de Ceilândia inicia dia 18 deste mês uma série de atividades para comemorar o 19º aniversário da cidade, festejado a 27 de março. Competições esportivas, concursos, exposições, desfiles e diversos outros eventos se estenderão até o dia 1º de abril.

Com uma população estimada em cerca de 600 mil habitantes, a Ceilândia é atualmente a maior cidade-satélite do Distrito Federal e a 12ª mais populosa do Brasil.

As competições esportivas começarão com torneios de dominó, dia 18, a partir das 14h; de truco, dia 19, às 20h; de sinuca, nas duas últimas semanas de março, também a partir das 20h. Todas essas disputas serão realizadas no Quarentão, delas podendo participar qualquer pessoa interessada.

A abertura cívica das festividades será no dia 25, às 8h, na Praça da Administração de Ceilândia, com apresentação do Coral da Fundação Bradesco, Banda do Corpo de Bombeiros do DF e a tradicional Corrida da Cidade, com início marcado para as 9h. As inscrições para a corrida e outras competições estão abertas na Administração.

Dia 26, serão abertas as exposições históricas da cidade e de arte, que permanecerão até o final do mês no prédio da Administração Regional. No mesmo dia 26 será realizado um concurso de poesia (tema livre) e premiação de 100 BTNs para o primeiro colocado.

Uma alvorada festiva em toda a cidade, às 5h do dia 27, data em que Ceilândia aniversaria, dará prosseguimento às comemorações. Às 8h começará no Quarentão uma feira de artesanato com produtos de artesãos de Ceilândia; às 9h, realizar-se-á o desfile cívico na Via M-1, com a participação de alunos da rede pública, Polícia Militar, Forças Armadas e Guarda Mirim.

Uma apresentação de ultra leve também está marcada para esse dia, às 16h, na praça da Administração e uma festa para as crianças, através de lazer festivo com jogos e brincadeiras variadas. No dia 29 haverá apresentação das Escolas de Samba de Ceilândia — Fantoches do Setor O, Águia Imperial e Unidos de Ceilândia Sul.

Para o dia 30, a programação tem marcado um torneio de futebol de salão entre as Administrações Regionais, às 14h, no Serejinho, e as 22h acontecerá o 4º Baile da Cidade, no Quarentão. Um outro torneio de futebol de salão, entre os órgãos públicos da Ceilândia será realizado no dia 31, a partir das 13h, na quadra do Sesi.

Ainda dia 31, às 21h, no Quarentão, acontecerá um concurso de Lambada, e o casal vencedor receberá o prêmio de 50 BTNs. O encerramento das festividades de comemoração ao aniversário de Ceilândia será, dia 1º de abril com uma celebração de missa às 10h, no Estádio Abadião. E às 16h, na Praça da Administração, terá lugar um domingo de lazer com aeróbica e outros eventos, para a comunidade.

Toda a programação comemorativa dos 19 anos da Ceilândia, foi elaborada com a participação de lideranças comunitárias, conforme informou Milton Bezerra de Souza, encarregado da Área Esportiva da Divisão de Desportos, Lazer e Turismo da Administração Regional.

Detur analisa sucesso do Carnaval brasiliense

O Carnaval deste ano foi o mais animado dos últimos tempos, segundo avaliaçãõ do Departamento de Turismo, que pretende, doravante, incentivar a folia de rua animada por trios elétricos. Para o Detur, que cuida de toda a programação carnavalesca, Brasília já tem o seu jeito próprio de brincar o carnaval e o desfile das escolas de samba não conseguiu juntar nem 10 por cento do total de pessoas que permaneceram até às 5h da manhã de quarta-feira no "Baile do Povão", no Eixo Rodoviário Sul.

O Departamento de Turismo está estudando uma forma de incentivar a criação de mais trios elétricos, que possam cobrir toda a extensão do trecho por onde passa o pacotão, mais tradicional bloco de rua da cidade, e a área onde ficam montadas as arquibàncadas para o desfile. A idéia é reservar a maior parte dos recursos disponíveis para financiar o carnaval de rua. Isto não implica abandonar as escolas de samba, mas fazer com que as agremiações usem recursos prprios, levantados através de promoções ao longo do ano.

Mais de 20 mil pessoas compareceram ao Eixão da Folia no último dia de Carnaval, que foi animado pelo trio elétrico "Trem das Cores", o que justifica a decisão do Detur. Além disso, o órgão pretende para o próximo ano incrementar as batalhas de confete realizadas nas cidades-satélites, que contaram com grande aceitação da comunidade.

Fique por dentro

Mulher

Como parte das comemorações do Dia Internacional da Mulher, quinta-feira próxima, a Federação das Mulheres de Brasília promove, hoje, no mesanino da Rodoviária do Plano Piloto, uma campanha de solidariedade para ajudar as crianças da Nicarágua que vivem em condições precárias de saúde e educação. De acordo com a presidente da entidade, Eliana Pons, às 13h o governador Joaquim Roriz estará na Rodoviária para acompanhar o início do trabalho, além de assinar um decreto declarando a federação como entidade pública. Com isso — diz Eliana —, poderemos levantar recursos nas campánhas, a serem aplicados em favor da mulher e da criança.

Arte

A Exposição "Do Romantismo aos Novos Selvagens — Pintura Alemã desde 1600 até hoje" será aberta amanhã, às 18h30, no Museu de Arte de Brasília, com uma palestra do crítico Marcus de Lontra Costa sobre a temática da mostra, dirigida, especialmente, a professores de Educação Artística, História da Arte e Artes Plásticas.

A mostra reúne 105 reproduções de obras mais representativas de 55 pintores alemães dos séculos XIX e XX, permanecendo aberta ao público até o dia 31 próximo, de terça a sexta-feira, das 13 às 19h00, e aos sábados e domingos, das 14 às 18h00. O MAB localiza-se no SHTN, Lote 2-A, entre a Concha Acústica e o Palácio da Alvorada.

Convocação

O Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos está convocando os candidatos classificados do 34º ao 36º lugares, no concurso público de técnico em Assuntos Educacionais, a comparecerem até amanhã, das 14 às 17h00, a sua sede (Setor de Garagens Oficiais, Área Especial nº 01) para tratarem de assunto de seu interesse.

O candidato que não procurar o IDR no prazo estabelecido, ou expressar por escrito a não aceitação do emprego, passará para o final da lista dos aprovados e classificados, devendo aguardar uma segunda e última convocação, caso venha ocorrer dentro do período de validade do concurso.

Nova prova

A Fundação Hospitalar do Distrito Federal anulou a prova escrita do concurso público para Psicólogo, realizada no último dia 10, em razão da inobservância da devida cautela durante o processamento de correção do teste. A nova prova já marcada para o dia 18 próximo, às 8h00, no Colégio Militar de Brasília, Quadra 902 Norte.

Delegado

A partir de amanhã estarão abertas as inscrições ao concurso interno para delegado de Polícia, da Carreira Policial Civil do Distrito Federal. Poderão participar servidores (em efetivo exercício) ocupantes dos cargos pertencentes às categorias funcionais de agente penitenciário, agente de polícia, datiloscopista policial e escrivão de polícia, que tenham mais de um ano na categoria a que pertecem.

Os requisitos para participação do concurso prevêem, entre outros pontos, que o candidato deverá ser portador do diploma de bacharel em Direito, devidamente registrado no órgão competente. A seleção será realizada em duas etapas. Na primeira, prova escrita objetiva e dissertativa; na segunda, provas do curso de formação policial profissional e provas de verificação de aprendizagem.

Será considerado classificado o candidato que alcançar mínimo de 60 pontos, observados os pesos das duas partes, valendo cada uma 100 pontos, com a classificação obedecendo ordem decrescente dos pontos obtidos segundo média aritmética.

DF DIÁRIO OFICIAL

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Editor:
Antonio Castelo Branco

Conselho Diretor:

Clemente Luz, Maria Felix Fontele
e
Renato Riella

Redação e Administração:
Palácio do Buriti, térreo

Telefones:
Redação: (direto) 225-7803
PABX: 225-6830 — Ramal 312
e 225-7055 — Ramal 137

Venda avulsa.....NCz$ 0,50
Assinatura trimestral ....NCz$ 100,00

DECRETO Nº 12.242, DE 01 DE MARÇO DE 1990

Fixa novos preços unitários para serviços convencionais de transporte público coletivo do Distrito Federal, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, incisos II e III, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, tendo em vista o disposto no artigo 45, Parágrafo 1º, do Regulamento do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nª 10.062, de 05 de janeiro de 1987, e

considerando as normas de revisão de planilhas de custo estabelecidas pelo Decreto nº 12.228, de 22 de fevereiro de 1990;

considerando a Resolução nº 932/90-CTPC/DF, de 23 de fevereiro de 1990;

considerando o que consta do Processo Administrativo nº 030.001.112/90,

D E C R E T A:

Art. 1º — Ficam estabelecidos os seguintes valores para os custos unitários de que trata o art 7º, do Decreto nº 9.268, de 13 de fevereiro de 1986, com a redação dada pelo Decreto nº 12.228, de 22 de fevereiro de 1990:

OPERADORA	LINHAS INTERNAS (NCz$/km)	LINHAS DE LIGAÇÃO (NCz$/km)
Alvorada	15,4441	14,4921
Planeta	14,7897	13,8562
T C B	14,9832	14,5152
Viplan	13,6974	12,7580

Art. 2º — A remuneração dos serviços de transporte público de que trata o art. 2º, parágrafo 1º, e o art. 3º do Decreto nº 9.268, de 13 de fevereiro de 1986, prestados a partir de 1º de janeiro de 1990, será feita com base nos valores estabelecidos no artigo anterior.

Art. 3º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 01 de março de 1990
102º da República e 30º de Brasília.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ
WADJÓ DA COSTA GOMIDE

DECRETO Nº 12.243, DE 05 DE MARÇO DE 1990

Altera o prazo estabelecido no Decreto nº 12.202, de 13 de fevereiro de 1990.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

D E C R E T A:

Art. 1º — O prazo estabelecido no art. 12 do Decreto nº 12.202, de 13 de fevereiro de 1990, expirará em 16 de março de 1990.

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 05 de março de 1990
102º da República e 30º de Brasília

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO Nº 12.244, DE 05 DE MARÇO DE 1990

Abre crédito suplementar no valor de NCz$ 33.000,00 (trinta e três mil cruzados novos), à dotação do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º, item I, da Lei nº 089 de 29 de dezembro de 1989, combinado com o artigo 41, item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e tendo em vista o que consta do Processo nº 030.003276/90,

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica aberto ao Gabinete do Governador o crédito suplementar no valor de NCz$ 33.000,00 (trinta e três mil cruzados novos) na seguinte dotação orçamentária:

11001.03070202.003-0004 — Funcionamento do Gabinete do Vice-Governador.

00 — 4250.00 — Aquisição de Títulos Representativos de Capital já integralizado 33.000,00

Art. 2º — O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, item III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, pela anulação parcial em igual valor da dotação orçamentária que se segue da própria Unidade:

11001.02040132-157-0001 — Assessoria Jurídica ao Gabinete do Governador.

00 — 4250.00 — Aquisição de Títulos Representativos de Capital já integralizado 33.000,00

Art. 3º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 05 de março de 1990
102º da República e 30º de Brasília

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

CELSIUS ANTÔNIO LODDER

ANTONIO BARBOSA

DECRETO Nº 12.245, DE 05 DE MARÇO DE 1990

Abre crédito suplementar no valor de NCz$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil cruzados novos), à dotação do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º, item I, da Lei nº 089, de 29 de dezembro de 1989, combinado com o artigo 41, item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1.964, e tendo em vista o que consta do Processo nº 030.003349/90,

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica aberto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal o crédito suplementar no valor de NCz$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil cruzados novos) na seguinte dotação orçamentária:

01001.01824952-002-0001 — Pagamento de Pessoal Inativo do Tribunal de Contas.

00 — 3292.00 — Despesas de Exercícios Anteriores 320.000,00

Art. 2º –O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, item III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, pela anulação parcial em igual valor da dotação orçamentária que se segue:

39000.99999999.999 — Reserva de Contingência

00 — 9000.00 — Reserva de Contingência 320.000,00

Art. 3º — Ficam alteradas as Cotas Trimestrais de Despesa, relativas ao 1º trimestre, de conformidade com os artigos anteriores.

Art. 4º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 05 de março de 1990
102º da República e 30º de Brasília

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

CELSIUS ANTÔNIO LODDER

ANTONIO BARBOSA

DECRETO Nº 12.246, DE 05 DE MARÇO DE 1990

Dispõe sobre material de construção a ser empregado no Conjunto da Vila Planalto.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

D E C R E T A:

Art. 1º — As restaurações, acréscimos ou novas edificações no Conjunto da Vila Planalto serão feitas com o emprego de madeira.

Parágrafo Único -- Será admitido o uso de alvenaria:

I — nas partes molhadas das unidades habitacionais, desde que não se localizem nas fachadas frontais e laterais aparentes, mediante normas a serem definidas pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano.

II — na construção de baldrame em todo o perímetro da unidade habitacional, limitada a altura em 0,30 cm (trinta centímetros).

Art. 2º — As edificações destinadas a uso institucional poderão ser construídas em alvenaria ou similar, desde que em acordo com projeto proposto e aprovado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano, observadas as peculiaridades e a linha arquitetônica do Conjunto.

Art. 3º — Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º — Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília-DF, 05 de março de 1990
102º da República e 30º de Brasília

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

NEWTON DE CASTRO

DECRETO N.o 12.247 DE' 05 DE março DE 1990.

Aprova o Regulamento para a Regularização das Unidades Imobiliárias do Conjunto da Vila Planalto e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aprovado o Regulamento para a Regularização das Unidades Imobiliárias do Conjunto da Vila Planalto que a este acompanha.

Art. 2º - Fica prorrogado pelo período de 2 (dois) anos o prazo para a complementação do processo de assentamento e fixação do Conjunto da Vila Planalto.

Art. 3º - É mantido o Grupo Executivo para Assentamento e Preservação da Vila Planalto - GEAP, na forma do artigo 3º do Decreto nº 11.080, de 21 de abril de 1988, durante o prazo a que se refere o artigo anterior.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília-DF, 05 de março de 1990.
101º da República e 30º de Brasília

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

REGULAMENTO PARA REGULARIZAÇÃO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS DO CONJUNTO DA VILA PLANALTO

Art. 1º - A REGULARIZAÇÃO das unidades imobiliárias do Conjunto da VILA PLANALTO será efetivada pelo GRUPO EXECUTIVO PARA ASSENTAMENTO E PRESERVAÇÃO DA VILA PLANALTO - GEAP, dentro das normas previstas neste REGULAMENTO, observadas as disposições dos Decretos nºs. 11.079, 11.080, de 21 de abril de 1988, 11.104, de 12 de maio de 1988, e 11.149, de 23 de junho de 1988.

I - DA DOCUMENTAÇÃO

Art. 2º - Para a regularização da unidade imobiliária, o morador cadastrado ou o agregado cadastrado terá que comprovar seu domicílio em unidade habitacional integrante do Conjunto da VILA PLANALTO, pelo período ininterrupto mínimo de 05 (cinco) anos.

§ 1º - Para efeito deste Regulamento, considera-se morador cadastrado o ocupante de unidade habitacional listado pela SHIS, em seu Levantamento Sócio-Econômico de 86/87, como titular da posse da referenciada unidade.

§ 2º - Considera-se agregado cadastrado aquele que constou do Levantamento Sócio-Econômico feito pela SHIS em 1986/1987, ocupando parcela da unidade residencial, sem, contudo, ser titular desta,

§ 3º - Considera-se unidade habitacional as casas de madeira e congêneres, integrantes do Conjunto da Vila Planalto e áreas periféricas, já cadastradas, que abrigam núcleos familiares.

§ 4º - Considera-se unidade imobiliária a parcela de terras delimitada no Projeto Urbanístico aprovado pelo Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente - CAUMA.

§ 5º - O GEAP notificará o morador cadastrado ou o agregado cadastrado para apresentar documentos de comprovação de cumprimento da exigência do **caput** deste artigo, no prazo de 20 (vinte) dias, contado de seu recebimento.

Art. 3º - Para a regularização das unidades imobiliárias do Conjunto da Vila Planalto, o morador cadastrado ou o agregado cadastrado deverá, preliminarmente, apresentar um dos seguintes documentos:

a) Declaração atualizada, fornecida pela TERRACAP, informando o tempo de uso da unidade habitacional, pelo morador cadastrado ou pelo agregado cadastrado;

b) Documento comprobatório expedido por quaisquer das Concessionárias de Serviços Públicos (CEB, CAESB ou TELEBRASÍLIA);

c) Documento a ser fornecido pela unidade de ensino local (Escola Classe), declarando que o ocupante cadastrado ou o agregado cadastrado, ou seus dependentes, frequentaram o mencionado estabelecimento de ensino;

d) Declaração de estabelecimento creditício de que o morador ou agregado cadastrado é seu correntista, constando no cadastro, residência no Conjunto da Vila Planalto;

e) Declaração de empregador no sentido de que o morador ou agregado cadastrado tem seu domicílio, conforme os assentamentos funcionais, no Conjunto da Vila Planalto;

f) Notificação anual expedida pelo Ministério da Fazenda (Extrato de Imposto de Renda), no qual conste expressamente que o morador ou o agregado cadastrado tem domicílio no Conjunto da Vila Planalto.

Art. 4º - Não apresentando o morador cadastrado ou o agregado cadastrado quaisquer dos documentos mencionados no artigo anterior, constituir-se-á uma comissão composta de 04 (quatro) membros, sendo 02 (dois) integrantes da Equipe Técnica do GEAP e 02 (dois) integrantes de entidades representativas da comunidade.

§ 1º - A comissão de que trata o **caput** deste artigo será constituída mediante sorteio dos nomes dos integrantes, em reunião colegiada do GEAP.

§ 2º - Para cada processo de regularização a ser analisado, será constituída uma comissão específica, não podendo membros de uma comissão, participar de outra.

§ 3º - Constituída a comissão, seus membros terão o prazo de 48 (quarente e oito) horas, para apresentar laudo de vistoria, esclarecendo o tempo de domicílio do morador ou do agregado cadastrado no endereço constante do processo de regularização, com parecer conclusivo.

Art. 5º - O GEAP, satisfeitas as exigências previstas anteriormente, notificará o morador cadastrado ou o agregado cadastrado para complementar a documentação, no prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento da notificação.

Art. 6º - Satisfeitas as exigências constantes dos artigos 2º e 3º deste Regulamento, o morador cadastrado ou o agregado cadastrado completará o processo de regularização, apresentando os seguintes documentos:

a) Certidão de comprovação de estado civil;

b) Carteira de identidade;

c)Documento comprobatório de inscrição no cadastro de pessoas físicas - CPF ou CIC;

d) Comprovação de renda familiar (documentos probatórios de todos os componentes do núcleo familiar que auferirem rendimentos); e

e) Certidões negativas dos Cartórios de 1º, 2º e 3º Ofício de Registro de Imóveis.

§ 1º - Sendo o morador cadastrado ou o agregado cadastrado casado ou vivendo em concubinato, deverá apresentar os documento referidos na alínea e, de sua mulher ou companheira, ou de seu marido ou companheiro.

§ 2º - Quaisquer irregularidades ou falsidades verificadas nos documentos apresentados para regularização da unidade imobiliária, independentemente das sanções penais e cíveis cabíveis, sujeitarão o morador cadastrado ou o agregado cadastrado à retomada da unidade habitacional ocupada e à perda do direito de regularização da unidade imobiliária.

Art. 7º - O GEAP poderá exigir do morador cadastrado ou do agregado cadastrado outros documentos que venham a esclarecer sua real situação.

Art. 8º - O descumprimento dos prazos fixados nas notificações implicará na retomada da unidade habitacional ocupada ou no indeferimento do pedido de designação de unidade imobiliária.

II - DO PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO

Art. 9º - A instrução do processo de regularização das unidades imobiliárias do Conjunto da Vila Planalto será realizado pelo GEAP, após o cumprimento das exigências constantes dos artigos anteriores.

Art. 10 - Na instrução do processo de regularização das unidades imobiliárias, o GEAP poderá requisitar a colaboração de qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta do Distrito Federal.

Art. 11 - Instruídos os processos de regularização,de acordo com as normas preconizadas neste Regulamento, serão os mesmos apreciados e decididos em reunião colegiada do GEAP.

§ 1º - Os processos serão apreciados em reunião semanal do Colegiado,sob a Presidência do Coordenador, que terá voto de qualidade, na forma prevista pelo Inciso III, art. 7º, do Decreto nº 11.149, de 23 de junho de 1988.

§ 2º - O Colegiado do GEAP poderá se reunir extraordinariamente, caso haja necessidade.

§ 3º - Os assuntos discutidos nas reuniões colegiadas do GEAP constarão de atas, transcritas em livro próprio, devendo as decisões, quando necessário, ser objeto de ato próprio.

Art. 12 - Examinados e decididos os processos de regularização das unidades imobiliárias do Conjunto da Vila Planalto, assim como processos relativos a qualquer outra matéria de interesse da comunidade no tocante à regularização, dar-se-á conhecimento das decisões, por escrito, aos interessados, para adoção das providências pertinentes.

Art. 13 - O morador cadastrado será notificado para, no prazo de 10 (dez) dias, assinar o Contrato de Concessão de Uso, após decisão favorável à regularização adotada pelo Colegiado do GEAP.

Art. 14 - O agregado cadastrado, para o qual foi designada unidade imobiliária, terá o prazo máximo de 90 (noventa) dias para remoção e construção da unidade habitacional, obedecendo projeto fornecido ou aprovado pelo GEAP e a regulamentação própria.

Art. 15 - O descumprimento destes prazos sujeitará o morador cadastrado ou agregado cadastrado à perda do direito de uso da unidade habitacional e da ocupação e uso da unidade imobiliária, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial.

III - DOS RECURSOS

Art. 16 - Das decisões e dos atos praticados nos processos de regularização caberão:

a) Reconsideração;

b) Recurso; e

c) Denúncia.

Art. 17 - O pedido de reconsideração será dirigido à mesma autoridade que editou o ato, não podendo ser renovado.

Art. 18 - Não sendo reconsiderada a decisão, caberá recurso dirigido à autoridade imediatamente superior àquela que editou o ato.

Art. 19 - O recurso somente poderá ser interposto quando pedida a reconsideração e a decisão anterior for mantida.

Art. 20 - O morador ou agregado cadastrado terá o prazo de 10 (dez) dias para pedir reconsideração ou interpor recurso.

Art. 21 - O pedido de reconsideração e o de recurso poderão ter efeito suspensivo, a critério da autoridade competente.

Art. 22 - O pedido de reconsideração será protocolizado no GEAP, e distribuído para análise e parecer conclusivo para um dos representantes técnicos do Grupo.

§ 1º - Analisado o pedido, o técnico responsável o submeterá à apreciação do Colegiado do GEAP, que se manifestará pela reconsideração ou não do pedido.

Art. 23 - As denúncias serão encaminhadas à Coordenação do GEAP, que designará uma Comissão composta de 02 (dois) membros, sendo 01 (um) técnico do GEAP e outro representante da comunidade, para apuração e esclarecimento.

Parágrafo único - Apuradas as denúncias, a comissão responsável submeterá o processo, mediante relatório, à apreciação do Colegiado do GEAP, que decidirá sobre a matéria.

Art. 24 - Indeferido o pedido de reconsideração, ou não aceitas as denúncias, caberá recurso, dirigido ao Governador do Distrito Federal, no prazo de 10 (dez) dias.

IV - DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO

Art. 25 - A regularização das unidades imobiliárias será concluída com a assinatura do Contrato de Concessão de Uso, na forma do art. 24, da Lei nº 4.545/64 e do Decreto nº 11.080, de 21 de abril de 1988.

Art. 26 - O prazo do Contrato de Concessão de Uso será de 25 (vinte e cinco) anos, prorrogável de acordo com o interesse das partes.

Art. 27 - O Contrato de Concessão de Uso será aprovado pelo Conselho de Administração da TERRACAP e homologado pelo Governador.

Art. 28 - O pagamento pela Concessão de Uso da unidade imobiliária será feito mediante recolhimento de Taxa de Ocupação, na forma de que dispõe o art. 24, da Lei nº 4.545/64.

Art. 29 - O valor da Taxa de Ocupação será o proposto pelo GEAP, após detalhados estudos técnicos, através de uma Tabela de Valores.

Parágrafo único - A Tabela de Valores que estabelecerá a Taxa de Ocupação será parte integrante do Contrato de Concessão de Uso.

Art. 30 - A Taxa de Ocupação deverá ser recolhida mensalmente aos cofres da TERRACAP, até o último dia do mês vencido.

§ 1º - A destinação do montante arrecadado deverá obedecer o disposto no art. 8º do Decreto nº 11.080, de 21 de abril de 1988.

§ 2º - O atraso no pagamento da Taxa de Ocupação sujeitará o concessionário ao acréscimo da multa de 10% (dez por cento), além dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, sem prejuízo dos encargos e despesas decorrentes de procedimentos judiciais a que der causa o concessionário.

§ 3º - A falta de pagamento de 03 (três) parcelas consecutivas ou 05 (cinco) parcelas intercaladas da Taxa de Ocupação, implicará na rescisão do Contrato de Concessão de Uso, com a desocupação da correspondente unidade imobiliária, independentemente da cobrança das parcelas em atraso.

Art. 31 - O concessionário com renda familiar igual ou inferior a 03 (três) salários mínimos, poderá ter a Taxa de Ocupação da unidade reduzida em até 50% (cinqüenta por cento), pelo prazo improrrogável de 12 (doze) meses, desde que seja nova unidade imobiliária.

Parágrafo único - Após o prazo previsto no caput deste artigo, o concessionário passará a pagar o valor da Tabela, integrante do Contrato de Concessão de Uso.

V - DAS EDIFICAÇÕES E REFORMAS

Art. 32 - O morador cadastrado, cuja unidade habitacional esteja em desacordo com as Normas de Edificação, Uso e Gabarito - NGB e outras normas complementares, somente poderá assinar o Contrato de Concessão de Uso, após a adequação desta aos padrões exigidos.

§ 1º - Para adequação da unidade habitacional aos padrões exigidos, o morador cadastrado terá o prazo de 90 (noventa) dias, contados do recebimento de notificação, expedida pelo GEAP, fixando as exigências.

§ 2º - Não satisfeitas as exigências no prazo estabelecido no § 1º, o morador cadastrado sujeitar-se-á às medidas judiciais cabíveis, para desocupação da unidade habitacional.

§ 3º - Na hipótese do parágrafo anterior, o GEAP instruirá o processo com toda a documentação necessária, encaminhando-o à TERRACAP para adoção das medidas judiciais próprias.

§ 4º - Para cumprimento das exigências de adequação da unidade habitacional, o morador cadastrado deverá apresentar ao GEAP anteprojeto de adequação que será apreciado e aprovado, para efeito de expedição de Licença.

§ 5º - O descumprimento do disposto no parágrafo anterior sujeitará o morador cadastrado ao embargo e à demolição compulsiva da obra.

§ 6º - Na hipótese de o morador cadastrado não demolir a obra embargada, o GEAP requisitará à TERRACAP sua demolição.

Art. 33 - Quaisquer edificações ou reformas dependerão do prévio e expresso consentimento do GEAP.

§ 1º - O GEAP expedirá Licença para realização de construções e reformas, após aprovação do projeto.

§ 2º - A Licença e o projeto deverão ser apresentados pelo ocupante da unidade imobiliária, sempre que a fiscalização o exigir.

§ 3º - A execução de obras sem a devida Licença e sem anuência do GEAP sujeitará o ocupante da unidade habitacional ou da unidade imobiliária ao embargo e à demolição da obra, além das penalidades cíveis e administrativas aplicáveis ao caso.

VI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Art. 34 - Os moradores cadastrados e agregados cadastrados que estiverem sendo demandados pela TERRACAP em Juízo terão suspendidos seus processos de regularização da unidade imobiliária até final da lide.

Art. 35 - As despesas decorrentes da regularização das unidades imobiliárias correrão à conta dos Concessionários, inclusive impostos, taxas e outros tributos porventura devidos.

Art. 36 - As entidades públicas ou particulares interessadas na preservação do meio ambiente e do patrimônio histórico e paisagístico poderão colaborar e cooperar com a manutenção do acervo histórico do Conjunto da Vila Planalto, no contexto de Brasília - Patrimônio Histórico da Humanidade, mediante desenvolvimento de projetos na área.

Parágrafo único - Os projetos para serem desenvolvidos na área do Conjunto da Vila Planalto deverão ser previamente aprovados pelo órgão competente do Distrito Federal.

Art. 37 - Os casos omissos e não previstos neste Regulamento serão decididos pelo GEAP, mediante informações prestadas por seus técnicos.

DECRETO DE 05 DE MARÇO DE 1990

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o disposto no artigo 7º, do Decreto nº 9.598, de 23 de julho de 1986,

RESOLVE:

Alterar a composição da Comissão de Justificação Sumária da Secretaria de Administração designada através do Decreto de 04 de julho de 1989, publicado no DODF 126, de 05.07.89, que passa a constituir-se dos seguintes membros, sob a presidência do primeiro:

VERA LÚCIA VASCONCELOS, matrícula nº 8.301-1, Assessora da Supervisão de Processos Administrativos da Secretaria de Administração;

RAQUEL MAROT VAZ DA COSTA, matrícula nº 19.493-X, Assessora da Coordenação Normativa dos Sistemas de Apoio, da Secretaria de Administração;

MARIA ELMA MIRANDA NUNES, matrícula nº 18.123-4, Assessora da Coordenação Normativa dos Sistemas de Apoio, da Secretaria de Administração.

Brasília, 05 de março de 1990

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO DE 05 DE MARÇO DE 1990

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 3º do Decreto nº 11.205, de 15 de agosto de 1988,

RESOLVE:

Conceder a "Medalha do Mérito Policial Civil Presidente JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA" aos seguintes Membros do Conselho:

1. Ao Senhor Delegado EVALDO CARNEIRO, Diretor-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal.

2. Ao Senhor Delegado JOSÉ RORIZ TORMIM, Chefe do Gabinete da Polícia Civil do Distrito Federal.

3. À Senhora Delegada JOSELITA VIANA E SILVA, Diretora da

Academia de Polícia Civil do Distrito Federal.

4. Ao Senhor Delegado PAULO ROBERTO D'ALMEIDA, Coordenador de Polícia Técnica da Polícia Civil do Distrito Federal.

5. Ao Senhor Delegado LEONATO AGRIPPA DE VASCONCELLOS, Coordenador de Polícia Circunscricional da Polícia Civil do Distrito Federal.

6. Ao Senhor Delegado JOSÉ RAIMUNDO PERDIGÃO RODRIGUES DA CUNHA, Coordenador de Polícia Especializada da Polícia Civil do Distrito Federal,

7. Ao Senhor Delegado ADELMO VIANA PARANHOS, Corregedor-Geral de Polícia Civil do Distrito Federal.

Distrito Federal, 05 de março de 1990

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

GABINETE CIVII

ORDEM DE SERVIÇO DE 05 DE MARÇO DE 1990

O SUBCHEFE PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DO GABINETE CIVIL DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X, artigo 30, do Decreto nº 7.857, de 11 de janeiro de 1984, com a redação dada pelo Decreto nº 11.069, de 30 de março de 1988,

RESOLVE:

DESIGNAR RAIMUNDO CAVALCANTE DE SOUZA, Técnico de Administração 2ª Classe Padrão II, matrícula 17.521-8, Código TAPB2CL, 2ª Classe, Ref. 09B, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal,para substituir HUMBERTO RODRIGUES DE ANDRADE, Chefe da Seção de Pessoal/DAG/GAG, matrícula 09.219-3, Código DAI-111.3, por motivo de férias regulamentares do titular referente ao exercício de 1990, no período de 05.03. a 03.04.90.

Brasília-DF, 05 de março de 1990

ALMIRO JERIN DE AMORIM

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Região Administrativa do Núcleo Bandeirante
ORDEM DE SERVIÇO DE 16 DE FEVEREIRO DE 1990

O ADMINISTRADOR REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no item 1, alínea "b", da Portaria nº 3/SEG, de 13 de janeiro de 1983,

RESOLVE:

DISPENSAR, a partir de 01 de março de 1990, WELLINGTON ARAÚJO PEREIRA, Auxiliar Operacional de Limpeza Pública, matrícula 31.564-8, da função de Chefe da Seção de Obras e Reparos, Código DAI-111.3, da Divisão de Obras da Administração Regional do Núcleo Bandeirante, da Secretaria de Planejamento do Governo do Distrito Federal.

Núcleo Bandeirante, 16 de fevereiro de 1990

JOÃO ALCÍDES HOMAR

ORDEM DE SERVIÇO DE 22 DE FEVEREIRO DE 1990

O ADMINISTRADOR REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no item 1, alínea "b", da Portaria nº 03/83-SEG, de 13 de janeiro de 1983,

RESOLVE:

DESIGNAR JOÃO PEREIRA DOS SANTOS, Básico, matrícula 99.684-X, Classe U, Padrão 4, para exercer a função de Chefe da Seção de Obras e Reparos, Código DAI-111.3, da Divisão de Obras da Administração Regional do Núcleo Bandeirante da Secretaria de Planejamento do Governo do Distrito Federal.

Núcleo Bandeirante, 22 de fevereiro de 1990

JOÃO ALCIDES HOMAR

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 10, DE 05 DE MARÇO DE 1990

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 28 do Decreto nº 11.822, de 15 de setembro de 1989, e considerando o disposto na Lei nº 038, de 06 de setembro de 1989,

RESOLVE:

1 — Os valores dos vencimentos, salários, proventos, representação mensal, salário-família estatutário, gratificações e Função de Assessoramento Superior-FAS dos servidores civis da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas do Distrito Federal, bem como o das pensões, ficam revistos, no mês de março de 1990 no percentual de 64,55% (sessenta e quatro inteiros e cinqüenta e cinco centésimos por cento) incidente sobre os valores do mês de fevereiro.

2 — Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 05 de março de 1990

JORGE CAETANO

PORTARIA DE 02 DE MARÇO DE 1990

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, item II, alínea "c", do Decreto nº 7.321, de 22 de dezembro de 1982, e o que consta do Processo nº 030.009.811/89,

RESOLVE:

CONCEDER, nos termos do artigo 1º da Lei nº 6.782, de 19 de maio de 1980, pensão especial temporária a MARIA REGINA LEMBI ALVES, matrícula nº 03.646-3, no Cargo de Professor Nível 02, Classe Única, Padrão XIV, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, de acordo com o previsto no artigo 2º, da Lei nº 26, de 28 de junho de 1989.

JORGE CAETANO

PORTARIA DE 02 DE MARÇO DE 1990

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, item II, alínea "c", do Decreto nº 7.321, de 22 de dezembro de 1982, e o que consta do Processo nº 030.002.202/90,

RESOLVE:

CONCEDER, nos termos do artigo 1º, da Lei nº 6782, de 19 de maio de 1980, pensão especial vitalícia a DÍDIMA MIRANDA DE MELO, viúva do ex-funcionário DÍDIMO FERREIRA DE MELO, matrícula nº 13.041-9, no Cargo de Agente Administrativo, Código SA-401.C, Referência NM-25, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, com a vantagem prevista no artigo 3º, do Decreto-lei nº 2.224, de 09 de janeiro de 1985, alterado pelos artigos 2º e 10, do Decreto-lei nº 2.367, de 05 de novembro de 1987, a contar de 08 de julho de 1989.

JORGE CAETANO

PORTARIA DE 02 DE MARÇO DE 1990

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, item II alínea "c", do Decreto nº 7.321, de 22 de dezembro de 1982, e o que consta do Processo nº 030.002.585/90,

RESOLVE:

CONCEDER, nos termos do artigo 1º, da Lei nº 6.782, de 19 de maio de 1980, pensão especial vitalícia a MARIA SOCORRO DE OLIVEIRA, viúva, e temporária a GISÉLIA SILVA, filha do ex-funcionário LUIZ HENRIQUE DA SILVA, matrícula nº 02.793-6, no Cargo de Agente de Serviços de Engenharia, Código NM-808.D, Referência NM-29, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, com a vantagem prevista no artigo 3º, do Decreto-lei nº 2.224, de 09 de janeiro de 1985, alterado pelos artigos 2º e 10, do Decreto-lei nº 2.367, de 05 de novembro de 1987, a contar de 05 de junho de 1989.

JORGE CAETANO

PORTARIA DE 02 DE MARÇO DE 1990

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, item II, alínea "c" do Decreto nº 7.321, de 22 de dezembro de 1982, e o que consta do Processo nº 030.001.213/90,

RESOLVE:

CONCEDER, nos termos do artigo 1º, da Lei nº 6.782, de 19 de maio de 1980, pensão especial vitalícia a MARIA SALES GOUVEIA, viúva, e temporária a VICENTE GOUVEIA JÚNIOR, filho do ex-funcionário VICENTE GOUVEIA NETO, matrícula nº 09.988-0, no Cargo de Técnico de Administração Pública, 1ª Classe, Padrão I, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, a contar de 03 de janeiro de 1990.

JORGE CAETANO

PORTARIA DE 02 DE MARÇO DE 1990

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1°, inciso II, do Decreto n° 7.682, de 15 de setembro de 1983, e o que consta do Processo n° 030.001.590/90,

RESOLVE:

REVER os proventos da aposentadoria de MARIA DIAS FERNANDES BIRNBAUM, matrícula n° 03.155-0, no Cargo de Técnico em Assuntos Educacionais, Código NS-718.S, Referência NS-14, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, efetivada através de Decreto de 27 de janeiro de 1982, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal n° 22, de 02 de fevereiro do mesmo ano, retificado pelo Decreto de 25 de fevereiro de 1982, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal n° 41, de 03 de março de 1982, para considerá-los com base no Cargo de Especialista de Educação, Classe Única, Padrão XVIII, de acordo com o Previsto no artigo 23, da Lei n° 66, de 18 de dezembro de 1989.

JORGE CAETANO

PORTARIA DE 02 DE MARÇO DE 1990

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1°, item II, alínea "c", do Decreto n° 7.321, de 22 de dezembro de 1982, e o que consta do Processo n° 030.002.845/90,

RESOLVE:

REVER os proventos da aposentadoria de MARIA CELINA COSTA XAVIER, matrícula n° 03.132-1, no Cargo de Técnico em Assuntos Educacionais, Código NS-718.C, Referência NS-20, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, efetivada através de Ordem de Serviço de 11 de setembro de 1984, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal n° 177, de 13 do mesmo mês e ano, para considerá-los com base no Cargo de Especialista de Educação, Classe Única, Padrão XXI, de acordo com o previsto no artigo 23 da Lei n° 66, de 18 de dezembro de 1989.

JORGE CAETANO

PORTARIA DE 02 DE MARÇO DE 1990

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1°, item II, alínea "c", do Decreto n° 7.321, de 22 de dezembro de 1982, e o que consta do Processo n° 030.002.842/90,

RESOLVE:

REVER os proventos da aposentadoria de ZULEIDE NEVES VITAL, matrícula n° 04.442-3, no Cargo de Técnico em Assuntos Educacionais, Código NS-718.S, Referência NS-25, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, efetivada através de Ordem de Serviço de 02 de agosto de 1988, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal n° 150, de 09 do mesmo mês e ano, retificada pela Portaria de 11 de janeiro de 1990, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal n° 11, de 16 de janeiro de 1990, para considerá-los com base no Cargo de Especialista em Educação, Classe Única, Padrão XXV ., de acordo com o previsto no artigo 23, da Lei n° 66, de 18 de dezembro de 1989.

JORGE CAETANO

PORTARIA DE 02 DE MARÇO DE 1990

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1°, item II, alínea "c", do Decreto n° 7.321, de 22 de dezembro de 1982, e o que consta do Processo n° 030.003.139/90,

RESOLVE:

REVER os proventos da aposentadoria de MARIA TERESA DE MEDEIROS FALCÃO, matrícula n° 03.312-X, no Cargo de Técnico em Assuntos Educacionais, Código NS-718.C, Referência NS-21, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, efetivada através de portaria de 19 de dezembro de 1984, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal n° 243, do mesmo dia mês, e ano, para considerá-los com base no Cargo de Especialista de Educação, Classe Única, Padrão XXI, de acordo com o previsto no artigo 23 da Lei n° 66, de 18 de dezembro de 1989,

JORGE CAETANO

PORTARIA DE 02 DE MARÇO DE 1990

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1°, item II, alínea "c", do Decreto n° 7.321, de 22 de dezembro de 1982, e o que consta do Processo n° 030.002.416/90,

RESOLVE:

REVER os proventos da aposentadoria de ELISABELTI CASAGRANDE, matrícula n° 14.390-1, no Cargo de Técnico em Assuntos Educacionais, Código NS-718.S, Referência NS-25, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, efetivada através da Portaria de 02 de setembro de 1985, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal n° 167, de 03 do mesmo mês e ano, para considerá-los com base no Cargo de Especialista de Educação, Classe Única, Padrão XII, de acordo com o previsto no artigo 23, da Lei n° 66, de 18 de dezembro de 1989.

JORGE CAETANO

PORTARIA DE 05 DE MARÇO DE 1990

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 1° item II, alínea "a", do Decreto n° 7.321, de 22 de dezembro de 1982, e tendo em vista o disposto no artigo 15, §§ 1° e 2° da Lei n° 7.773, de 08 de junho de 1989 e artigo 10, da Lei n° 051, de 13 de novembro de 1989, e considerando, ainda, a autorização exarada pelo Conselho de Política de Pessoal no Processo n° 050.004.028/88,

RESOLVE:

1. Nomear a candidata LÚCIA MARIA DAMASCENO FERNANDES, habilitada em concurso público, no cargo de Auxiliar de Administração Pública, Classe Única, Padrão I, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, em vaga originária.

JORGE CAETANO

PORTARIA DE 05 DE MARÇO DE 1990

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 1° item II, alínea "a", do Decreto n° 7.321, de 22 de dezembro de 1982, e tendo em vista o disposto no artigo 15, §§ 1° e 2° da Lei n° 7.773, de 08 de junho de 1989 e artigo 10, da Lei n° 051, de 13 de novembro de 1989, e considerando, ainda, a autorização exarada pelo Conselho de Política de Pessoal no Processo n° 050.004.028/88,

RESOLVE:

1. Nomear o candidato VANDI GOMES DE JESUS COIMBRA , habilitado em concurso público, no cargo de Auxiliar de Administração Pública, Classe Única, Padrão I, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, em vaga originária.

JORGE CAETANO

PORTARIA DE 05 DE MARÇO DE 1990

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 1° item II, alínea "a", do Decreto n° 7.321, de 22 de dezembro de 1982, e tendo em vista o disposto no artigo 15, §§ 1° e 2° da Lei n° 7.773, de 08 de junho de 1989 e artigo 10, da Lei n° 051, de 13 de novembro de 1989, e considerando, ainda, a autorização exarada pelo Conselho de Política de Pessoal no Processo n° 050.004.028/88,

RESOLVE:

1. Nomear a candidata ELZA MARIA DE ALMEIDA, habilitada em concurso público, no c... go de Auxiliar de Administração Pública, Classe Única, Padrão I, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, em vaga originária.

JORGE CAETANO

PORTARIA DE 05 DE MARÇO DE 1990

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 1° item II, alínea "a", do Decreto n° 7.321, de 22 de dezembro de 1982, e tendo em vista o disposto no artigo 15, §§ 1° e 2° da Lei n° 7.773, de 08 de junho de 1989 e artigo 10, da Lei n° 051, de 13 de novembro de 1989, e considerando, ainda, a autorização exarada pelo Conse-

lho de Política de Pessoal no Processo nº 050.004.028/88,

RESOLVE:

1. Nomear a candidata MARGARIDA DEZIDÉRIO RAMOS, habilitada em concurso público, no cargo de Auxiliar de Administração Pública, Classe Única, Padrão I, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, em vaga originária.

JORGE CAETANO

PORTARIA DE 05 DE MARÇO DE 1990

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º item II, alínea "a", do Decreto nº 7.321, de 22 de dezembro de 1982, e tendo em vista o disposto no artigo 15, §§ 1º e 2º da Lei nº 7.773, de 08 de junho de 1989 e artigo 10, da Lei nº 051, de 13 de novembro de 1989, e considerando, ainda, a autorização exarada pelo Conselho de Política de Pessoal no Processo nº 050.004.028/88,

RESOLVE:

1. Nomear o candidato JOSÉ MILTON BARBOSA, habilitado em concurso público, no cargo de Auxiliar de Administração Pública, Classe Única, Padrão I, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, em vaga originária.

JORGE CAETANO

PORTARIA DE 05 DE MARÇO DE 1990

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º item II, alínea "a", do Decreto nº 7.321, de 22 de dezembro de 1982, e tendo em vista o disposto no artigo 15, §§ 1º e 2º da Lei nº 7.773, de 08 de junho de 1989 e artigo 10, da Lei nº 051, de 13 de novembro de 1989, e considerando, ainda, a autorização exarada pelo Conselho de Política de Pessoal no Processo nº 050.004.028/88,

RESOLVE:

1. Nomear a candidata MARGARIDA CAITANO DE ALMEIDA, habilitada em concurso público, no cargo de Auxiliar de Administração Pública, Classe Única, Padrão I, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, em vaga originária.

JORGE CAETANO

PORTARIA DE 05 DE MARÇO DE 1990

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º item II, alínea "a", do Decreto nº 7.321, de 22 de dezembro de 1982, e tendo em vista o disposto no artigo 15, §§ 1º e 2º da Lei nº 7.773, de 08 de junho de 1989 e artigo 10, da Lei nº 051, de 13 de novembro de 1989, e considerando, ainda, a autorização exarada pelo Conselho de Política de Pessoal no Processo nº 050.004.028/88,

RESOLVE:

1. Nomear a candidata RAIMUNDA XAVIER GOMES, habilitada em concurso público, no cargo de Auxiliar de Administração Pública, Classe Única, Padrão I, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, em vaga originária.

JORGE CAETANO

PORTARIA DE 05 DE MARÇO DE 1990

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º item II, alínea "a", do Decreto nº 7.321, de 22 de dezembro de 1982, e tendo em vista o disposto no artigo 15, §§ 1º e 2º da Lei nº 7.773, de 08 de junho de 1989 e artigo 10, da Lei nº 051, de 13 de novembro de 1989, e considerando, ainda, a autorização exarada pelo Conselho de Política de Pessoal no Processo nº 050.004.028/88,

RESOLVE:

1. Nomear o candidato MARCOS ANTONIO LANDIM DE SOUSA, habilitado em concurso público, no cargo de Auxiliar de Administração Pública, Classe Única, Padrão I, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, em vaga originária.

JORGE CAETANO

PORTARIA DE 05 DE MARÇO DE 1990

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º item II, alínea "a", do Decreto nº 7.321, de 22 de dezembro de 1982, e tendo em vista o disposto no artigo 15, §§ 1º e 2º da Lei nº 7.773, de 08 de junho de 1989 e artigo 10, da Lei nº 051, de 13 de novembro de 1989, e considerando, ainda, a autorização exarada pelo Conselho de Política de Pessoal no Processo nº 050.004.028/88,

RESOLVE:

1. Nomear o candidato FERNANDO DA COSTA ASSUNÇÃO, habilitado em concurso público, no cargo de Auxiliar de Administração Pública, Classe Única, Padrão I, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, em vaga originária.

JORGE CAETANO

PORTARIA DE 05 DE MARÇO DE 1990

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º item II, alínea "a", do Decreto nº 7.321, de 22 de dezembro de 1982, e tendo em vista o disposto no artigo 15, §§ 1º e 2º da Lei nº 7.773, de 08 de junho de 1989 e artigo 10, da Lei nº 051, de 13 de novembro de 1989, e considerando, ainda, a autorização exarada pelo Conselho de Política de Pessoal no Processo nº 050.004.028/88,

RESOLVE:

1. Nomear a candidata FRANCISCA AGUIAR DA SILVA, habilitada em concurso público, no cargo de Auxiliar de Administração Pública, Classe Única, Padrão I, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, em vaga originária.

JORGE CAETANO

PORTARIA DE 05 DE MARÇO DE 1990

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º item II, alínea "a", do Decreto nº 7.321, de 22 de dezembro de 1982, e tendo em vista o disposto no artigo 15, §§ 1º e 2º da Lei nº 7.773, de 08 de junho de 1989 e artigo 10, da Lei nº 051, de 13 de novembro de 1989, e considerando, ainda, a autorização exarada pelo Conselho de Política de Pessoal no Processo nº 050.004.028/88,

RESOLVE:

1. Nomear a candidata ANALICE ROMANA DOS SANTOS, habilitada em concurso público, no cargo de Auxiliar de Administração Pública, Classe Única, Padrão I, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, em vaga originária.

JORGE CAETANO

PORTARIA DE 05 DE MARÇO DE 1990

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º item II, alínea "a", do Decreto nº 7.321, de 22 de dezembro de 1982, e tendo em vista o disposto no artigo 15, §§ 1º e 2º da Lei nº 7.773, de 08 de junho de 1989 e artigo 10, da Lei nº 051, de 13 de novembro de 1989, e considerando, ainda, a autorização exarada pelo Conselho de Política de Pessoal no Processo nº 050.004.028/88,

RESOLVE:

1. Nomear a candidata MARIA JULIA DE CARVALHO, habilitada em concurso público, no cargo de Auxiliar de Administração Pública, Classe Única, Padrão I, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, em vaga originária.

JORGE CAETANO

PORTARIA DE 05 DE MARÇO DE 1990

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º item II, alínea "a", do Decreto nº 7.321, de 22 de dezembro de 1982, e tendo em vista o disposto no artigo 15, §§ 1º e 2º da Lei nº 7.773, de 08 de junho de 1989 e artigo 10, da Lei nº 051, de 13 de novembro de 1989, e considerando, ainda, a autorização exarada pelo Conse-

lho de Política de Pessoal no Processo nº 050.004.028/88,

RESOLVE:

1. Nomear a candidata DONATILA ALVES DA SILVA CAVALCANTE, habilitada em concurso público, no cargo de Auxiliar de Administração Pública, Classe Única, Padrão I, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, em vaga originária.

JORGE CAETANO

PORTARIA DE 05 DE MARÇO DE 1990

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º item II, alínea "a", do Decreto nº 7.321, de 22 de dezembro de 1982, e tendo em vista o disposto no artigo 15, §§ 1º e 2º da Lei nº 7.773, de 08 de junho de 1989 e artigo 10, da Lei nº 051, de 13 de novembro de 1989, e considerando, ainda, a autorização exarada pelo Conselho de Política de Pessoal no Processo nº 050.004.028/88,

RESOLVE:

1. Nomear a candidata ROSANGELA SANTANA, habilitada em concurso público, no cargo de Auxiliar de Administração Pública, Classe Única, Padrão I, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, em vaga originária.

JORGE CAETANO

PORTARIA DE 05 DE MARÇO DE 1990

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, item I, alínea "a", do Decreto nº 7.321, de 22 de dezembro de 1982,

RESOLVE:

DESIGNAR ALTINO PEREIRA BORGES, matrícula 01.268-8, Técnico de Administração Pública, 1ª Classe, Padrão II, do Quadro de Pessoal do DF, para exercer a Função de Confiança de Diretor da Divisão de Registro e Controle de Veículos — CSTI — SEA, DAS-101.2.

JORGE CAETANO

PORTARIA DE 05 DE MARÇO DE 1990

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 3º, alínea "a", do Decreto nº 5.004, de 20 de dezembro de 1979,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do artigo 1º, e inciso VII, do artigo 2º do Decreto nº 5.004, de 20 de dezembro de 1979, NILDA DOS REIS SILVA, Assessora do Secretário de Administração, matrícula 08.859-5, Código DAS-102.3, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir TERESA AMARO CAMPELO BESERRA, Coordenadora Normativa dos Sistemas de Apoio/SEA, matrícula 08.741-6, Código DAS-101.4, por motivo de férias, no período de 02. à 31/03/90.

Brasília,-DF, 05 de março de 1990

JORGE CAETANO

PORTARIA DE 05 DE MARÇO DE 1990

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, item I, alínea "a" do Decreto nº 7.321, de 22 de dezembro de 1982,

RESOLVE:

EXONERAR, por motivo de aposentadoria, a partir de 02.03.90, ONOFRE DE SÁ, matrícula nº 11.935-0, Fiscal de Obras, Classe Especial, Padrão III, do Quadro de Pessoal do DF, do Cargo em Comissão de Diretor da Divisão de Registro e Controle de Veículos — CSTI — SEA, DAS-101.2.

JORGE CAETANO

Conselho de Política de Pessoal

PROCESSO Nº: 041.000.853/89
INTERESSADO: BANCO DE BRASÍLIA S/A
ASSUNTO: CRIAÇÃO DE EMPREGOS PERMANENTES
RELATORA: TERESA AMARO CAMPELO BESERRA

O Plenário do Conselho de Política de Pessoal acolhendo, por unanimidade, o voto da Relatora,

RESOLVE:

1 — Reconhecer a excepcionalidade da matéria e autorizar a criação e conseqüente provimento de até 300 (trezentos) empregos de Escriturário Padrão I, na Tabela de Empregos Permanentes do Banco de Brasília S/A — BRB;

2 — Recomendar ao Banco de Brasília S/A,a observância das normas legais que regulamentam a matéria;

3 — Submeter a presente Resolução à homologação do Excelentíssimo Senhor Governador.

Brasília, 08 de fevereiro de 1990

Presidente: JORGE CAETANO. Conselheiros: OZIAS MONTEIRO RODRIGUES, CELSIUS ANTÔNIO LODDER, FRANCISCO JOSÉ FREIRE, ILDEU LEONEL OLIVEIRA DE PAIVA, WANDA DE MELLO LÔBO ROCHA, SALVANDIR FERREIRA DE LIMA, TERESA AMARO CAMPELO BESERRA.

HOMOLOGO
Em, 02.03.90

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ
Governador

PROCESSO Nº: 121.029.475/89
INTERESSADO: CODEPLAN
ASSUNTO: REIVINDICAÇÕES
RELATOR: OZIAS MONTEIRO RODRIGUES

O Plenário do Conselho de Política de Pessoal acolhendo, por unanimidade, o voto do Relator,

RESOLVE:

1 — Reconhecer a excepcionalidade da matéria e autorizar a Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central-CODEPLAN, a proceder o acatamento do pleito, nos termos propostos às folhas 13/14 dos autos;

2 — Submeter a presente Resolução à homologação do Excelentíssimo Senhor Governador.

Brasília, 08 de fevereiro de 1990

Presidente: JORGE CAETANO. Conselheiros: OZIAS MONTEIRO RODRIGUES, CELSIUS ANTÔNIO LODDER, FRANCISCO JOSÉ FREIRE, ILDEUS LEONEL OLIVEIRA DE PAIVA, WANDA DE MELLO LÔBO ROCHA, SALVANDIR FERREIRA DE LIMA, TERESA AMARO CAMPELO BESERRA.

HOMOLOGO
Em, 02.03.90

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ
Governador

PROCESSO Nº: 030.012.211/89
INTERESSADO: NOVACAP
ASSUNTO: Posição do Quadro de Empregos no Plano de Cargos e Salários
RELATOR: OZIAS MONTEIRO RODRIGUES.

O Plenário do Conselho de Política de Pessoal acolhendo, por maioria, o voto do Relator,

RESOLVE:

1 — Aprovar em caráter excepcional, a proposta de alteração do Plano de Cargos e Salários da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil — NOVACAP, na forma que se segue:

a) "Transformação de 2 (dois) empregos de Operador de Máquinas Pesadas, Grupo V para Encarregado de Operações de Máquinas, Grupo VI, e de 1 (um) emprego de Técnico em Equipamentos Elétricos, Grupo V, para Técnico em Telefonia, Grupo VI.

b) Alteração do Grupo Hierárquico dos seguintes empregos:

Operador de Radiocomunicação do	GH-II para III

Apontador de Obra	GH-III para IV
Lubrificador	GH-II para IV
Estofador	GH-III para IV
Ferreiro	GH-III para IV
Garção	GH-I para II".

3 — Submeter a presente Resolução à homologação do Excelentíssimo Senhor Governador.

Brasília, 08 de fevereiro de 1990

Presidente: JORGE CAETANO. Conselheiros: OZIAS MONTEIRO RODRIGUES, CELSIUS ANTONIO LODDER, FRANCISCO JOSÉ FREIRE, ILDEU LEONEL OLIVEIRA DE PAIVA, WANDA DE MELLO LÔBO ROCHA, SALVANDIR FERREIRA DE LIMA, TERESA AMARO CAMPELO BESERRA.

HOMOLOGO
Em, 02.03.90

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ
Governador

Coordenação do Sistema de Transportes Internos

ORDEM DE SERVIÇO DE 05 DE MARÇO DE 1990

O COORDENADOR DO SISTEMA DE TRANSPORTES INTERNOS, no uso da delegação de competência que lhe foi conferida pelo item 1, alínea "a", da Portaria nº 52/SEA, de 29 de dezembro de 1982, e tendo em vista o disposto no artigo 8º, do Decreto nº 5.065, de 18 de janeiro de 1980,

RESOLVE:

DISPENSAR ALTINO PEREIRA BORGES, Técnico de Administração Pública, matrícula 01.268-8, Código TAPB1CL Ref. 05-B, da função de Assistente, Código DAI-112.3, da Divisão de Oficinas — CSTI/SEA.

Brasília, 05 de março de 1990

LEOSMAR LITRAN DOS SANTOS

Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos — IDR

ORDEM DE SERVIÇO Nº 030/90-IDR

A SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS-IDR, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 29, inciso XII, do Regimento do IDR, aprovado pelo Decreto nº 7.824, de 22.12.83.

RESOLVE:

Dispensar, a pedido, OLGA MARIA BORGES NETTO, matrícula nº 84.266-4-FEDF, Professora MGIIIC2, da Tabela de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, da Função de Confiança de Assessor da Superintendência, Código LT-DAS-102.2, do Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos.

Brasília-DF, 02 de março de 1990

WANDA DE MELLO LÔBO ROCHA

SECRETARIA DA FAZENDA

PORTARIA DE 02 DE MARÇO DE 1990

O SECRETÁRIO DA FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, item I, alínea "a", do Decreto nº 7.321, de 22 de dezembro de 1982, com a nova redação dada pelo Decreto nº 8.100, de 01 de agosto de 1984,

RESOLVE:

Nomear OSVALDO SPÍNDOLA DA SILVA, Auditor Tributário, 1ª Classe, Padrão III, matrícula nº 02.225-X, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer o Cargo em Comissão de Assessor, Código DAS-102.2, do Departamento da Receita da Secretaria da Fazenda do Distrito Federal.

Brasília, 02 de março de 1990

ANTÔNIO BARBOSA
Substituto

Divisão da Receita de Sobradinho

ATO DECLARATÓRIO Nº 004/90-DRS/DpR/SEF

Reabilita inscrição de contribuinte do ICMS/ISS

O DIRETOR DA DIVISÃO DA RECEITA DE SOBRADINHO, DO DEPARTAMENTO DA RECEITA, DA SECRETARIA DA FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, usando da competência que lhe foi delegada pela Ordem de Serviço nº 04/86-DpR, tendo em conta os Atos Instituídos a partir da Portaria nº 01/78-SEF fundamentada em verificações procedidas,

RESOLVE:

Reabilitar a partir de 31.03.89, a inscrição de ICMS nº 07.079.683.1 e a partir de 18.10.89 a inscrição de ISS nº 050.096.1, da firma ESCOLARTE DECORAÇÕES LTDA, em virtude de sua inclusão indevida nos Atos Declaratórios nº 01/89 e 11/89-DRS.

Sobradinho-DF, 21 de fevereiro de 1990

MARCO ANTONIO DE MENDONÇA VIEIRA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ORDEM DE SERVIÇO DE 05 DE MARÇO DE 1990

A SECRETÁRIA-ADJUNTA DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo item I, alínea "f", da Portaria nº 29/SE, de 21 de junho de 1985,

RESOLVE:

Conceder Gratificação por Encargo em Gabinete, de Assessor, à servidora OLGA MARIA BORGES NETTO, Professora MG-III, matrícula nº 84.266-4, do Quadro Magistério da Fundação Educacional do Distrito Federal.

Brasília, 05 de março de 1990

MARIA LUCIA ISMAEL NUNES MORICONI

ORDEM DE SERVIÇO DE 05 DE MARÇO DE 1990

A SECRETÁRIA-ADJUNTA DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo item I, alínea "F", da Portaria nº 29/SE, de 21 de junho de 1985,

RESOLVE:

Mandar cessar o pagamento da Gratificação por Encargo em Gabinete, de Auxiliar, por motivo de aposentadoria, a partir de 07.03.90, concedida ao servidor MANOEL LUCIANO DA SILVA, Auxiliar de Administração, Pública, matrícula nº 4.159-9, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal.

Brasília, 05 de março de 1990

MARIA LUCIA ISMAEL NUNES MORICONI

SECRETARIA DE SAÚDE

ORDEM DE SERVIÇO DE 01 DE MARÇO DE 1990

A SECRETÁRIA-ADJUNTA DA SECRETARIA DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo item I, alínea "h", da Portaria/SES, de 13 de março de 1989,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do artigo 1º e item I, do artigo 2º do Decreto nº 5.004, de 20.12.79, JOSÉ CARNEIRO SILVEIRA, matrícula nº 02.682-4, Inspetor Sanitário, 1ª Classe, Padrão IV, para substituir JOSÉ GERARDO DA SILVA, matrícula nº 08.546-4, Chefe da Inspetoria de Saúde do Gama, no período de 12.02. a 28.12.90, em virtude do titular estar afastado para tratamento de saúde em pessoa da família.

Brasília, 01 de março de 1990

MARIA CÉLIA DELDUQUE NOGUEIRA
Substituta

PORTARIA Nº 02 /90, de 23 de fevereiro de 1.990.

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 32 do Regimento Aprovado pelo Decreto nº 2.976, de 12 de agosto de 1.975 e considerando

- o aumento crescente do número de casos de AIDS no Distrito Federal;
- a sobrecarga de atendimento nos serviços de referência para AIDS do Distrito Federal;
- a necessidade de priorização de atendimento, acompanhamento e orientação dos pacientes com DST/AIDS para o controle dessas doenças;
- a elevada transcedência e gravidade do problema;
- a necessidade de manter uma estrutura adequada ao desenvolvimento de atividades nos diversos níveis de prevenção das DST/AIDS,

R E S O L V E :

- Destinar 02 (dois) leitos em cada hospital regional da Fundação Hospitalar do Distrito Federal e no Hospital São Vicente de Paulo para internação de pacientes com AIDS;

- Destinar mais 6 (seis) leitos do Hospital de Base do Distrito Federal, além dos 4 (quatro) já existentes, para internação de pacientes com AIDS;

- Determinar que os Centros de Saúde de Referência em DST: CSB 11, CSB 09, CSS 02, CSB 02, CSB 04, CSP 01 CST 04, CSC 03, CSG 05, CSBz 01, além do CSB 08, acompanhem também os pacientes assintomáticos HIV positivos;

- Determinar ao Departamento de Recursos Humanos da Fundação Hospitalar do Distrito Federal a priorização de lotação de profissionais de saúde nos referidos Centros de Saúde para viabilizar a determinação acima;

- Lotar no mínimo 01 (um) psicólogo em cada regional de saúde e Hospital de Base do Distrito Federal para atendimento dos pacientes com AIDS e HIV positivo;

- Determinar ao Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos para Saúde - CEDRHUS, com apoio da Coordenação do Programa de Controle de DST/AIDS, Instituto de Saúde do Distrito Federal/Hemocentro, Hospital de Base do Distrito Federal e Centro de Saúde de Brasília nº 08, a promoção obrigatória, a nível de central, de no mínimo 02 (dois) treinamentos anuais em AIDS para as categorias profissionais de nível superior e para as de nível médio;

- Determinar às Regionais de Sáude o repasse obrigatório, através de no mínimo 02 (dois) treinamentos anuais em AIDS, dos treinamentos de nível central para os servidores das Regionais;

- Manter em cada Regional de Saúde no mínimo 01 (um) médico treinado no Centro Nacional de Referência para AIDS com ônus para Fundação Hospitalar do Distrito Federal;

- Criar a Equipe Regional de Supervisão do Programa de Controle de DST/AIDS, subordinada a Assessoria de Ações Básicas da Regional, composta no mínimo por 01 (um) médico, 01 (um) enfermeiro e 01 (um) profissional de nível superior de laboratório , com liberação cada um de no mínimo 08 (oito) horas semanais, para exercer as seguintes funções, de acordo com as recomendações técnico-normativas da Coordenação do Programa de Controle de DST/AIDS do Distrito Federal:

a) Avaliar as necessidades de treinamentos e reciclagens da Regional, indicando os profissionais a serem treinados com aprovação da Direção,

b) Elaborar cronograma de treinamentos regionais e executá-lo,

c) Desenvolver atividades educativas a nível regional,

d) Supervisionar as unidades que desenvolvem o Programa de Controle DST/AIDS, orientando do ponto de vista técnico- normativo do Programa, os profissionais que executam as atividades de nível local,

e) Propor a implantação e implementação de serviços na área de DST/AIDS de acordo com a realidade epidemiológica e a disponibilidade de recursos regionais,

f) Realizar vigilância epidemiológica de DST/AIDS a nível regional,

g) Realizar o planejamento anual das atividades do Programa de Controle de DST/AIDS a nível regional, inclusive com previsão de medicamentos, material de consumo, equipamentos, recursos humanos e possíveis adequações de área física.

- Adequar, para execução de suas atividades, a Coordenação do Programa de Controle de DST/AIDS do Distrito Federal que deverá contar no mínimo com:

a) 01 (um) Profissional de nível superior: Coordenador,

b) 01 (um) Médico Sanitarista: responsável pelas atividades de vigilância epidemiológica de DST/AIDS a nível central,

c) 01 (um) Médico: responsável pelas atividades de assistência médica em DST/AIDS a nível central,

d) 01 (um) Enfermeiro: responsável pelas atividades de enfermagem em DST/AIDS a nível central,

e) 01 (um) Psicólogo: responsável pelas atividades de Saúde Mental em DST/AIDS a nível central,

f) 01 (um) Profissional de nível superior: responsável pelas atividades de Educação em Saúde em DST/AIDS a nível central,

g) 01 (um) Médico Sanitarista: responsável pelas atividades de vigilância epidemiológica de sífilis congênita,

h) 01 (um) profissional de nível superior: responsável pelas atividades especiais de abordagem e educação em grupos com comportamento de maior risco,

i) 02 (dois) Agentes Administrativos: responsáveis pelas atividades de Secretaria de Coordenação.

- Determinar ao Instituto de Saúde do Distrito Federal - ISDF a realização das atividades de supervisão, avaliação e Controle em laboratório, na área de DST/AIDS, de acordo com as diretrizes da Coordenação do Programa de Controle de DST/AIDS do Distrito Federal;

- Criar uma Comissão especial no âmbito da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, diretamente subordinada ao Secretário de Saúde para acompanhar e avaliar a implantação e implementação das presentes resoluções e, caso necessário, propor possíveis adequações, com a seguinte composição:

01 representante da Coordenação do Programa de Controle de DST/AIDS do Distrito Federal
01 representante do Hospital de Base do Distrito Federal
01 representante do Centro de Saúde de Brasília nº 08
01 representante da UnB
01 representante da área de assistência médica
01 representante da área de enfermagem
01 representante da área de psicologia
01 representante da área de Serviço Social
01 representante de entidade civil ligada a prevenção e assistência a AIDS
01 representante da área de laboratório.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Brasília, 23 de fevereiro de 1.990.

MILTON MENEZES DA COSTA NETO
Secretário de Saúde

Departamento de Administração Geral

D E S P A C H O

Benefícios da Lei nº 6.732/79, de 05-12-79, conforme discriminação abaixo:

PROCESSO Nº 060001149/85
INTERESSADO: VICENTE FRANCO DA PAZ
MATRÍCULA : 02954-2
DATA DO DESPACHO: 1º-03-90

MARIA DOS PRAZERES DA SILVA
Diretora-DAG/SES

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO URBANO

ORDEM DE SERVIÇO DE 02 DE MARÇO DE 1990.

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação de competência que lhe foi conferida pelo item I, alínea "f", da Portaria nº 001/86-SVO, de 06 de janeiro de 1986,

R E S O L V E :

CONCEDER Gratificaçao pela Representação de Gabinete ao servidor **VALTER FIGUEIREDO,** matrícula nº 58.351, da Tabela de Pessoal da NOVACAP, à disposição desta Secretaria, pelo Encargo de Assistente.

Brasília, 02 de março de 1990

JÚLIO XAVIER RANGEL

ATOS DO SECRETÁRIO-ADJUNTO

ORDEM DE SERVIÇO DE 02 DE MARÇO DE 1990

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo item I, alínea "f" da Portaria nº 01/SVO de 06 de janeiro de 1986,

R E S O L V E :

FAZER CESSAR o pagamento da Gratificação pela Representação de Gabinete concedida através da Ordem de Serviço de 15.03.89, à servidora **RITA SUELY SPEROTTO CAMPOS,** matrícula nº 22.744-7, pelo Encargo de Assessora.

Brasília, 02 de março de 1990

JÚLIO XAVIER RANGEL

Departamento de Programação e Controle de Obras

ATOS DO DIRETOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 02 DE MARÇO DE 1990.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PROGRAMAÇÃO E CONTROLE DE OBRAS DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista a delegação de competência outorgada pelo Senhor Secretário através da Portaria nº 03 de 18 de fevereiro de 1983,

R E S O L V E :

DESIGNAR, nos termos do Decreto nº 5.065, de 18 de janeiro de 1980, **RITA SUELY SPEROTTO CAMPOS,** Analista de Administração Pública, 1ª Classe, Padrão II, matrícula nº 22.744-7, do Quadro Pessoal do Distrito Federal, para exercer a função de Chefe da Seção de Controle de Obras Metropolitanas, Código DAI-111.6, da Divisão de Controle de Obras, do Departamento de Programação e Controle de Obras da Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal.

Brasília, 02 de março de 1990

ARTHUR COELHO DE MELLO

Serviço Autonômo de Linpeza Urbana – SLU

ORDEM DE SERVIÇO "SLU" Nº 013 DE 28 DE FEVEREIRO DE 1990.

O SUPERINTENDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA da Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal, no uso de suas atribuições regimentais,

R E S O L V E:

DESIGNAR os servidores ALTINO JOSÉ GOMES, Gerente substituto de Operações, ANTONIO JÁCOME DE MEDEIROS, Assessor, ADALBERTO QUEIRÓZ DE ROURE, Gerente de Transportes e Equipamentos, NAPOLEÃO FILHO DE FREITAS QUEIRÓZ, Assistente, FRANCISCA MINAKO ARAKE MARTINS, Diretora da Divisão de Administração Geral, para sob a presidência do primeiro constituirem COMISSÃO, incumbida de elaborar Edital de Tomada de Preços objetivando a aquisição de chassis e caixas coletoras compactadoras de lixo, para o SLU.

A COMISSÃO terá prazo de 05 (cinco) dias corridos para apresentação da minuta.

Brasília, 28 de fevereiro de 1990.

ELIANA FILOMENA BARBOSA NICOLINI
Serviço Autônomo de Limpeza Urbana
Superintendente-Interina

ORDEM DE SERVIÇO "SLU" Nº 014 DE 05 DE FEVEREIRO DE 1990.

O SUPERINTENDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA da Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal, no uso de suas atribuições regimentais,

R E S O L V E:

DESIGNAR, os servidores CLAUDIO RACHID DIAS, Gerente de Destino de Resíduos Sólidos, ADALBERTO QUEIRÓZ DE ROURE, Gerente de Transportes e Equipamentos, ALTINO JOSÉ GOMES, Gerente Substituto de Operações, ANTONIO JÁCOME DE MEDEIROS, Assessor, para sob a presidência do primeiro constituirem COMISSÃO, incumbida de elaborar Edital de Tomada de Preços objetivando a aquisição de 01 (um) trator e 01 (uma) empilhadeira, para o SLU.

A COMISSÃO terá prazo de 05 (cinco) dias, a contar desta data, para apresentação da minuta.

Brasília, 05 de março de 1990.

ELIANA FILOMENA BARBOSA NICOLINI
Serviço Autônomo de Limpeza Urbana
Superintendente-Interina

ORDEM DE SERVIÇO "SLU" DE 21 DE DEZEMBRO DE 1989.

O SUPERINTENDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA da Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo inciso VI, artigo 30, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3.366 de 20 de agosto de 1976,

R E S O L V E:

DESIGNAR, a partir desta data, o servidor ROMUALDO SOARES DE MENDONÇA, matrícula nº 71.558-1, Agente de Limpeza Pública, referência LP/11 da TESLP/SLU, para exercer a função de confiança de Gerente de Transportes e Equipamentos DAS-101.3, da TP/SLU.

Brasília, 21 de dezembro de 1989.

ELIANA FILOMENA BARBOSA NICOLINI
Serviço Autônomo de Limpeza Urbana
Superintendente-Interina

ORDEM DE SERVIÇO "SLU" DE 21 DE DEZEMBRO DE 1989.

O SUPERINTENDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA da Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo inciso VI, artigo 30, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3.366 de 20 de agosto de 1976,

R E S O L V E :

DISPENSAR, a pedido, a partir desta data, o servidor NAPOLEÃO FILHO DE FREITAS QUEIRÓZ, matrícula nº 79.803-7, Agente Administrativo, Ref. 28, da TP/SLU, da função de confiaça de Gerente de Transportes e Equipamentos, código DAS-101.3 da TP/SLU,

Brasília, 21 de dezembro de 1989.

ELIANA FILOMENA BARBOSA NICOLINI
Serviço Autônomo de LImpeza Urbana
Superintendente-Interina

SECRETARIA DE TRANSPORTE

P O R T A R I A DE 02 DE MARÇO DE 1.990

O SECRETÁRIO DE TRANSPORTES DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência delegada pelo Decreto nº 7.321, de 22 de dezembro de 1982, artigo 1º, alínea "a", com a nova redação dada pelo Decreto nº 8.100, de 01 de agosto de 1984,

R E S O L V E :

EXONERAR, por motivo de aposentadoria, ADELINO RODRIGUES DE OLIVEIRA, matrícula nº 02.319-1, Fiscal de Concessões e Permissões, Classe 1ª Padrão-IV, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, do Cargo em Comissão de Diretor da Divisão de Fiscalização do Departamento de Transportes Urbanos, Código DAS 101.2, da Secretaria de Transportes do Distrito Federal, a partir de 28.02.90.

Brasília-DF., 02 de março de 1990

WADJÔ DA COSTA GOMIDE

Divisão de Administração Geral

ORDEM DE SERVIÇO DE 28 DE fevereiro DE 1990

O DIRETOR DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE TRANSPORTES DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação de competência que lhe é atribuída pela Portaria nº 026/87, de 17 de setembro de 1.987,

RESOLVE:

DESIGNAR, NOS TERMOS DO ARTIGO 1º, E ITEM I DO ARTIGO 2º, DO DECRETO Nº 5.004, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1979

NOME DO SUBSTITUTO	MATRÍCULA
APOLINÁRIO SATURNINO DE ABREU	17.093-3

CARGO / EMPREGO OU FUNÇÃO	CÓDIGO/SIMBOLO
AGENTE DE PORTARIA	TP-602

CLASSE	REF/NÍVEL	QUADRO / TABELA
"C"	NM-19	DE PESSOAL DO DISTRITO FEDERAL

PARA SUBSTITUIR / RESPONDER

NOME DO TITULAR	MATRÍCULA
LINDOLFO DE OLIVEIRA MATOS	02.778-2

CARGO OU EMPREGO EM COMISSÃO - FUNÇÃO DE CONFIANÇA OU EM COMISSÃO	CÓDIGO/SÍMBOLO
Encarregado da Turma de Fiscalização do Cruzeiro e SIA, da Divisão de Fiscalização do Departamento de Transportes Urbanos, da Secret. de Transportes do Distrito Federal.	DAI-III.3

MOTIVO

Férias regulamentares

PERÍODO

de 01 a 30 de março de 1.990.

BRASÍLIA - DF, 28 DE fevereiro DE 19 90

JOSÉ CAVALCANTE SANTANA

SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUÇÃO

PORTARIA DE 02 DE MARÇO DE

INFORMAÇÕES

O SECRETÁRIO DE AGRICULTURA E PRODUÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

CESSAR o pagamento da Gratificação' por Encargo de Gabinete concedida através da Ordem de Serviço de 13 de março de 1.989, do servidor HÉLIO LOPES DOS SANTOS, Professor LT/MG 1001, matrícula nº 77,923-7, da Tabela de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, pelo encargo de Assessor de Gabinete desta Secretaria, a partir de 1º de março de 1.990.

Brasília, 02 de março de 1.990.

MARLÊNIO JOSÉ FERREIRA OLIVEIRA
Secretário

PORTARIA DE 02 DE MARÇO DE 1.990.

O SECRETÁRIO DE AGRICULTURA E PRODUÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

CESSAR o pagamento da Gratificação ' por Encargo de Gabinete, concedida através da Ordem de Serviço de 31.08.89, ao servidor DAVI MARIANO DE ALMEIDA, Agente Administrativo, Ref. 29, matrícula nº 92.205-6, da Tabela de Pessoal da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, pelo Encargo de Assistente desta Secretaria, a partir de 1º de março de 1.990.

Brasília, 02 de março de 1.990.

MARLÊNIO JOSÉ FERREIRA OLIVEIRA
Secretário

ORDEM DE SERVIÇO DE 01 DE MARÇO DE

O SERCRETÁRIO-ADJUNTO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação de Competência que lhe foi conferida pelo Ítem I, alínea "a" da Portaria nº 001/84-SAP , de 20 de setembro de 1984, e conforme ' disposto no art. 17, da Lei nº 049, de 25 de outubro de 1989,

R E S O L V E :

CONCEDER, gratificação por Encargo de Gabinete a servidora MARIA DA GRAÇA NASCIMENTO, Agente de conservação e Limpeza, matrícula nº 93.388-0, da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, pelo Encargo de Auxiliar de Gabinete desta Secretaria, a partir de 1º de março de 1.990.

Brasília, 01 de março de 1990.

JOAQUIM ALFREDO DA SILVA TAVARES
Secretário-Adjunto

ORDEM DE SERVIÇO DE 01 MARÇO DE

O SECRETÁRIO-Adjunto DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação de Competência que lhe ' foi conferida pelo Ítem I, alínea "a", da Portaria nº 001/84-SAP, de 20 de setembro' de 1984, conforme disposto no art.17, da Lei nº 049, de 25 de outubro de 1989,

R E S O L V E :

CONCEDER, gratificação por Encargo de Gabinete a servidora MARIA REGINA DE MATTOS, Socióloga, matrícula nº 93.469-0, da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, pelo Encargo de Assessor de Gabinete desta Secretaria, a partir de 1º de março de 1990.

Brasília, 01 de março de 1.990.

JOAQUIM ALFREDO DA SILVA TAVARES
Secretário-Adjunto

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Departamento de Administração Geral

ORDEM DE SERVIÇO DE 28 DE FEVEREIRO DE 1990

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO GERAL DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação de competência que lhe foi conferida pelo item I, alínea "c", da Portaria nº 027/85-SSP, de 08 de outubro de 1985, e ainda o que consta do Processo nº 050.000.507/90,

RESOLVE:

Conceder Adicional de Periculosidade aos servidores abaixo relacionados, por exercerem funções ligadas a manutenção, reparos e instalações eletrônicas.

AMÍLIO NOGUEIRA DE ARAÚJO, mat. 25.914-4, a partir de 01.01.90 — WALDEMAR DE ALMEIDA VASCONCELOS, mat. 31.871-X, a partir de 18.01.90 — LUIS HENRIQUE MONNERAT, mat. 31.832-9, a partir de 18.01.90 — MIRANALDO MARIANO DE SOUZA, mat. 25.171-2, a partir de 05.02.90 — JORGE ANTONIO DA SILVA, mat. 30.531-6, a partir de 13.02.90.

Brasília, 28 de fevereiro de 1990

ELI VALTER GIL FILHO

SECRETARIA DE IND. COM. E TURISMO

Departamento de Turismo

ORDEM DE SERVIÇO Nº 08/90 DE 02 DE MARÇO DE 1990

A DIRETORA GERAL DO DEPARTAMENTO DE TURISMO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, do artigo 31, do Regimento deste Departamento, aprovado pelo Decreto nº 8.515, de 31 de março de 1985,

RESOLVE:

Exonerar, a pedido, a funcionária ANA MARIA CURADO MATTA da Função de Confiança de Gerente de Operações Turísticas, Código DAS-101.3, deste Departamento, a partir de 01.03.90.

Brasília, 02 de março de 1990

MARIA EULALIA FRANCO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 9/90 DE 02 DE MARÇO DE 1990

A DIRETORA GERAL DO DEPARTAMENTO DE TURISMO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, do artigo 31, do Regimento deste Departamento, aprovado pelo Decreto nº 8.515, de 13 de março de 1985,

RESOLVE:

I — Exonerar ANNA MARIA DE ALMEIDA da Função de Confiança de Chefe do Núcleo de Estudos e Pesquisas, Código DAS-101.2, deste Departamento, a partir de 01.03.90, por ter sido nomeada para outra função.

II — Nomear ANNA MARIA DE ALMEIDA para exercer a Função de Confiança de Gerente de Operações Turísticas, Código DAS-101.3, deste Departamento, a partir desta data.

Brasília, 02 de março de 1990

MARIA EULALIA FRANCO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 10/90 DE 02 DE MARÇO DE 1990

A DIRETORA GERAL DO DEPARTAMENTO DE TURISMO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, do artigo 31, do Regimento deste Departamento, aprovado pelo Decreto nº 8.515, de 13 de março de 1985,

RESOLVE:

Nomear JOSÉ GUILHERME SOARES FILHO para exercer a Função de Confiança de Chefe do Núcleo de Estudos e Pesquisas, DAS-101.2, da Tabela deste Departamento, a partir de 02.03.90.

Brasília, 02 de março de 1990

MARIA EULALIA FRANCO

SECRETARIA DO TRABALHO

PORTARIA DE 28 DE FEVEREIRO DE 1990

O SECRETÁRIO DO TRABALHO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o item XIII, do artigo 19, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 9.539, de 26 de junho de 1986,

RESOLVE:

MANDAR CESSAR a Gratificação por Encargo em Gabinete do servidor SEBASTIÃO PEDRO DA SILVA, matrícula nº 28.628-1, pelo encargo de Auxiliar.

Brasília-DF, 28 de fevereiro de 1990

ILDEU LEONEL OLIVEIRA DE PAIVA

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Divisão de Administração Geral

ADICIONAL DA LEI Nº 6.732/79.
MATRÍCULA Nº: 02.780-4
NOME: LOURIVAL GUEDES PEREIRA
PROCESSO Nº: 030.003221/88

DESPACHO: Concedido mais 1/5 da Representação Mensal do DAS-2, 13ª Parcela, a partir de 21.12.89, sendo que esta parcela substitui a 3ª Parcela, correspondente a 1/5 da GRG/PR — Secretário, totalizando assim, 1/5 da GRG/PR — Assistente, 1/5 GRG/PR — Secretário e 2/5 da diferença do DAS-2 para venc./ref. e 1/5 da Representação Mensal do DAS-2.

DATA: 21.12.89

NELSON GRADIL CARDOSO
Divisão de Administração Geral
Diretor

ADICIONAL DA LEI Nº 6.732/79
MATRÍCULA Nº: 08.670-3
NOME: AMÉLIA MARIA C. DE PAIVA
PROCESSO Nº: 030.004302/88

DESPACHO: Concedido mais 1/5 da Representação Mensal do DAS-102, 3ª Parcela, a partir de 04.03.90, totalizando, assim, 1/5 da diferença do FAS/SEA para o Ven./ref., 1/5 da diferença do DAS-2 para o venc./ref. e 1/5 da Representação Mensal do DAS-2.

DATA: 05.03.90

NELSON GRADIL CARDOSO
Divisão de Administração Geral
Diretor

SECRETARIA EXT. DOS ASSUNTOS DE HABITAÇÃO

SHIS — SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 059/90 — C.A.

Dispõe sobre o Regulamento ao Decreto nº 12.202/90.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. — SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVIII, da Cláusula DÉCIMA-TERCEIRA Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade;

RESOLVE:

HOMOLOGAR, por unanimidade, a Resolução nº 015/90 da Diretoria da Sociedade, tomada em sua 1.531ª. Sessão, realizada em 16.02.90, APROVANDO o Regulamento que disciplina forma e estabelece critérios para o atendimento da demanda criada mercê da edição do Decreto nº 12.202/90, cuja redação final é juntada a esta e rubricada por todos os membros do Conselho. Processo nº 102-049.192/90.

Brasília, 21 de fevereiro de 1990

JOÃO RIBEIRO DE OLIVEIRA E SOUZA
Presidente
LUZIMAR ARRUDA
Conselheiro
NEIL DIAS ABRAHÃO
Conselheira
LÁZARO TELLES MARTINS
Conselheiro
NELSON TADEU FILIPPELLI
Conselheiro-Relator
RUY COUTINHO DO NASCIMETNO
Conselheiro
NATHANAEL BARBO DE SIQUEIRA
Conselheiro

SHIS — SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

REGULAMENTO DO DECRETO Nº 12.202/90, QUE INSTITUIU O PROGRAMA DE HABITAÇÕES ECONÔMICAS DO DISTRITO FEDERAL.

DA INSCRIÇÃO

Art. 1º - A inscrição para a 1ª Etapa do Programa de Habitações Econômicas, deverá ser feita improrrogavelmente até 10.03.90, e a Cooperativa interessada terá que adotar as seguintes providências:

1 - Manifestar, por escrito, o seu interesse em participar do referido Programa;

2 - Apresentar o seu Estatuto Social, devidamente registrado na Junta Comercial do Distrito Federal.

DA HABILITAÇÃO

Art. 2º - Para habilitar-se ao Programa, atendido o exigido no art. 8º do Decreto mencionado, a Cooperativa deverá:

1 - Comprovar estar apta a contratar financiamento com a CEF ou outro qualquer agente financiador;

2 - Apresentar a SHIS estudo preliminar de viabilidade Econômica, contendo:

a) remuneração do Cooperativado, sua mulher, companheira ou qualquer participante de renda familiar, nos moldes exigidos para o SFH;

b) opção pelo tipo de empreendimento: unidade unifamiliar ou coletiva, indicando o número de dependências;

c) opção de localização de empreendimento.

3 - Satisfeitos os pré-requisitos contidos nos incisos anteriores, firmar-se-á Convênio com vistas à obtenção do financiamento e execução do Projeto.

4 - A SHIS, como entidade convenente, deverá necessáriamente, atuar como Agente Assessor ou Promotor, assegurando-se a esta, no mínimo, as seguintes condições, no Convênio a ser firmado com a Cooperativa:

a) 3% (três por cento) da remuneração para o suporte técnico e administrativo;

b) Poderá ficar a cargo da SHIS, ressalvada a sua capacidade operacional, a elaboração do Projeto, com remuneração no valor estipulado nas normas próprias da CEF. Quando o Projeto for da responsabilidade da Cooperativa, pelo trabalho referente a verificação de sua exequibilidade técnico-econômico financeira, bem como sua aprovação e legalização, a remuneração será de 0,5% (meio por cento) do valor de cada unidade produzida.

5 - O(s) Cooperativado(s) deverá(ão) firmar em impresso fornecido pela Empresa, declaração que não é(são) proprietário(s) promitente(s) comprador(es) de qualquer imóvel residencial nesta Capital e conhece(m) as cominações legais imputáveis à falsa declaração.

DOS COOPERATIVADOS, CANDIDATOS E BENEFICIÁRIOS FINAIS NO EMPREENDIMENTO.

Art. 3º - O Cooperativado deverá atender aos critérios normativos específicos para o financiamento do SFH, além dos da SHIS e do GDF, no concernente a habilitação, estatuídos pelo Decreto nº 10.056/87.

Art. 4º - Em caso de exclusão do cooperativado do empreendimento, este deverá ser substituído, imediatamente, por outro da mesma cooperativa, que atenda aos pré-requisitos do artigo anterior.

PRECEDÊNCIA NA OBTENÇÃO DO FINANCIAMENTO.

Art. 5º - Caso a demanda das Cooperativas seja superior as disponibilidades de imóveis, será observada ordem decrescente de preferência no atendimento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Havendo igualdade de condições, à preferência será dada à que:

a) Demonstrar maior compatibilidade entre o perfil sócio-econômico dos cooperativados com o valor do empreendimento, incluídas as parcelas financiadas e e não financiadas;

b) Proximidade do imóvel com o local de trabalho da maioria dos cooperativados;

c) Persistindo o empate, prevalecerá a Cooperativa de constituição mais antiga.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Em se tratando de localidade, cuja demanda resultar superior a oferta, ficará limitada a cada Cooperativa o uso de duas Projeções naquela área, ficando a abertura de eventuais exceções, a juízo exclusivo do Conselho de Administração da SHIS, ouvida a Diretoria.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 6º - O Conselho de Administração da SHIS, poderá baixar normas complementares visando à aplicação deste Regulamento.

Art. 7º - Na aplicação do disposto neste Regulamento serão observadas, as normas do SFH, as de comercialização da SHIS, em vigor, e o Decreto nº 10.056/87, no que couber.

Brasília, 21 de fevereiro de 1.990

JOÃO RIBEIRO DE OLIVEIRA E SOUZA
Presidente

LUZIMAR ARRUDA
Conselheiro

NELSON TADEU FILIPPELLI
Conselheiro-Relator

NEIL DIAS ABRAHÃO
Conselheiro

RUY COUTINHO DO NASCIMENTO
Conselheiro

LÁZARO TELLES MARTINS
Conselheiro

NATHANAEL BARBO DE SIQUEIRA
Conselheiro

ATAS, CONTRATOS, CONVÊNIOS E BALANÇOS

EXTRATO DO ESTATUTO DO COLORADO ESPORTE CLUBE PARANOÁ, DF 02.03.90

Pelos artigos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º 10º, e 11º estão definidos: a constituição, sede, duração, objetivos, admissão dos sócios, seus direitos e deveres, penalidades de condição dos atletas. Os poderes do clube são: o Conselho Deliberativo, a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal (artigos 12º/25º). As cores, regulamento interno, reformas estatutárias, registro do Estatuto, modalidades esportivas, situação econômica, patrimônio, doações, subvenções, contribuições e legados estão previstos nos artigos 25º e 26º de Estatuto.

MARIA DE LURDES DE LIRA
Presidente
(DAR — NCz$ 1.019,70)

EXTRATO DO ESTATUTO DO PRO ALCOOL ESPORTE CLUBE PARANOÁ, DF 02.03.90

Pelos artigos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º 10º, e 11º estão definidos: a constituição, sede, duração, objetivos, admissão dos sócios, seus direitos e deveres, penalidades de condição dos atletas. Os poderes do clube são: o Conselho Deliberativo, a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal (artigos 12º/25º). As cores, regulamento interno, reformas estatutárias, registro do Estatuto, modalidades esportivas, situação econômica, patrimônio, doações, subvenções, contribuições e legados estão previstos nos artigos 25º e 26º de Estatuto.

MANOEL FERREIRA BARBOSA
Presidente
(DAR — NCz$ 1.019,70)

EXTRATO DO ESTATUTO DO LONDRINA ESPORTE CLUBE PARANOÁ, DF 02.03.90

Pelos artigos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º 10º, e 11º estão definidos: a constituição, sede, duração, objetivos, admissão dos sócios, seus direitos e deveres, penalidades de condição dos atletas. Os poderes do clube são: o Conselho Deliberativo, a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal (artigos 12º/25º). As cores, regulamento inter-

no, reformas estatutárias, registro do Estatuto, modalidades, esportivas, situação econômica, patrimônio, doações, subvenções, contribuições e legados estão previstos nos artigos 25° e 26° de Estatuto.

JAILSON CARVALHO DA SILVA
Presidente
(DAR – NCz$ 1.019,70)

EXTRATO DO ESTATUTO DO CASCAVÉL ESPORTE CLUBE PARANOÁ, DF 02.03.90

Pelos artigos 1°, 2°, 3°, 4°, 5°, 6°, 7°, 8°, 9° 10°, e 11° estão definidos: a constituição, sede, duração, objetivos, admissão dos sócios, seus direitos e deveres, penalidades e condição dos atletas. Os poderes do clube são: o Conselho Deliberativo, a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal (artigos 12°/25°). As cores, regulamento interno, reformas estatutárias, registro do Estatuto, modalidades, esportivas, situação econômica, patrimônio, doações, subvenções, contribuições e legados estão previstos nos artigos 25° e 26° de Estatuto.

EVA FERREIRA DE ALMEIDA
Presidente
(DAR – NCz$ 1.019,70)

EXTRATO DO ESTATUTO DA LIGA DE FUTEBOL AMADOR DO CRUZEIRO-LIFAC.

A Liga de Futebol Amador do Cruzeiro foi fundada em 07 de fevereiro de 1990, tem sede e foro em Brasília, tem personalidade jurídica distinta de suas filiadas, é regida pelo presente Estatuto e pela legislação em vigor, seus Poderes são a Assembléia Geral, a Junta de Justiça Desportiva, o Conselho Fiscal, a Presidencia e a Diretoria. A LIFAC, é formada por seus Associados, que terão direitos e deveres. E' Entidade sem fins lucrativos, responsável pelo futebol no Cruzeiro e as localidades a vizinhas, sempre com fim de promover o bom relacionamento entre as pessoas. Tem patrimonio próprio, bandeira e uniformes especifico.

NERIVALDO SILVA DE ARAÚJO
(DAR – NCz$ 1.297,80)

EXTRATO DO ESTATUTO DO PORTO ESPORTE CLUBE PARANOÁ, DF 02.03.90

Pelos artigos 1°, 2°, 3°, 4°, 5°, 6°, 7°, 8°, 9°, 10° e 11° estão definidos: a constituição, sede, duração, objetivos, admissão dos sócios, seus direitos e deveres, penalidades e condição dos atletas. Os poderes do clube são: o Conselho Deliberativo, a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal (artigos 12°/25°). As cores, regulamento interno, reformas estatutárias, registro do Estatuto, modalidades esportivas, situação econômica, patrimônio, doações, subvenções, contribuições e legados estão previstos nos artigos 25° e 26° do Estatuto.

Presidente
(DAR – NCz$ 1.112,40)

EXTRATO DO ESTATUTO DO SENIOR ESPORTE CLUBE PARANOÁ, DF 02.03.90

Pelos artigos 1°, 2°, 3°, 4°, 5°, 6°, 7°, 8°, 9°, 10° e 11° estão definidos: a constituição, sede, duração, objetivos, admissão dos sócios, seus direitos e deveres, penalidades e condição dos atletas. Os poderes do clube são: o Conselho Deliberativo, a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal (artigos 12°/25°). As cores, regulamento interno, reformas estatutárias, registro do Estatuto, modalidades esportivas, situação econômica, patrimônio, doações, subvenções, contribuições e legados estão previstos nos artigos 25° e 26° do Estatuto.

Presidente
(DAR – NCz$ 1.112,40)

EXTRATO DO ESTATUTO DO VASQUINHO ESPORTE CLUBE PARANOÁ, DF 02.03.90

Pelos artigos 1°, 2°, 3°, 4°, 5°, 6°, 7°, 8°, 9°, 10° e 11° estão definidos: a constituição, sede, duração, objetivos, admissão dos sócios, seus direitos e deveres, penalidades e condição dos atletas. Os poderes do clube são: o Conselho Deliberativo, a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal (artigos 12°/25°). As cores, regulamento interno, reformas estatutárias, registro do Estatuto, modalidades esportivas, situação econômica, patrimônio, doações, subvenções, contribuições e legados estão previstos nos artigos 25° e 26° do Estatuto.

Presidente
(DAR – NCz$ 1.112,40)

EXTRATO DO ESTATUTO DO NÁPOLÍ ESPOkTE CLUBE PARANOÁ, DF 02.03.90

Pelos artigos 1°, 2°, 3°, 4°, 5°, 6°, 7°, 8°, 9°, 10° e 11° estão definidos: a constituição, sede, duração, objetivos, admissão dos sócios, seus direitos e deveres, penalidades e condição dos atletas. Os poderes do clube são: o Conselho Deliberativo, a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal (artigos 12°/25°). As cores, regulamento interno, reformas estatutárias, registro do Estatuto, modalidades esportivas, situação econômica, patrimônio, doações, subvenções, contribuições e legados estão previstos nos artigos 25° e 26° do Estatuto.

Presidente
(DAR – NCz$ 1.112,40)

EXTRATO DO ESTATUTO DO VILA NOVA ESPORTE CLUBE PARANOÁ, DF 02.03.90

Pelos artigos 1°, 2°, 3°, 4°, 5°, 6°, 7°, 8°, 9°, 10° e 11° estão definidos: a constituição, sede, duração, objetivos, admissão dos sócios, seus direitos e deveres, penalidades e condição dos atletas. Os poderes do clube são: o Conselho Deliberativo, a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal (artigos 12°/25°). As cores, regulamento interno, reformas estatutárias, registro do Estatuto, modalidades esportivas, situação econômica, patrimônio, doações, subvenções, contribuições e legados estão previstos nos artigos 25° e 26° do Estatuto.

MARIA DO ROSÁRIO NASCIMENTO LIMA
(DAR – NCz$ 1.205,10)

EXTRATO DO ESTATUTO DO AJAX ESPORTE CLUBE PARANOÁ, DF 02.03.90

Pelos artigos 1°, 2°, 3°, 4°, 5°, 6°, 7°, 8°, 9°, 10° e 11° estão definidos: a constituição, sede, duração, objetivos, admissão dos sócios, seus direitos e deveres, penalidades e condição dos atletas. Os poderes do clube são: o Conselho Deliberativo, a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal (artigos 12°/25°). As cores, regulamento interno, reformas estatutárias, registro do Estatuto, modalidades esportivas, situação econômica, patrimônio, doações, subvenções, contribuições e legados estão previstos nos artigos 25° e 26° do Estatuto.

AGENOR FERREIRA DAMASCENO
Presidente
(DAR – NCz$ 1.205,10)

EXTRATO DO ESTATUTO DO BERRANTE ESPORTE CLUBE PARANOÁ, DF 02.03.90

Pelos artigos 1°, 2°, 3°, 4°, 5°, 6°, 7°, 8°, 9°, 10° e 11° estão definidos: a constituição, sede, duração, objetivos, admissão dos sócios, seus direitos e deveres, penalidades e condição dos atletas. Os poderes do clube são: o Conselho Deliberativo, a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal (artigos 12°/25°). As cores, regulamento interno, reformas estatutárias, registro do Estatuto, modalidades esportivas, situação econômica, patrimônio, doações, subvenções, contribuições e legados estão previstos nos artigos 25° e 26° do Estatuto.

LUCIANO ARAÚJO FERRAZ
Presidente
(DAR – NCz$ 1.205,10)

EXTRATO DO ESTATUTO DO ELDORADO ESPORTE CLUBE PARANOÁ, DF 02.03.90

Pelos artigos 1°, 2°, 3°, 4°, 5°, 6°, 7°, 8°, 9°, 10° e 11° estão definidos: a constituição, sede, duração, objetivos, admissão dos sócios, seus direitos e deveres, penalidades e condição dos atletas. Os poderes do clube são: o Conselho Deliberativo, a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal (artigos 12°/25°). As cores, regulamento interno, reformas estatutárias, registro do Estatuto, modalidades esportivas, situação econômica, patrimônio, doações, subvenções, contribuições e legados estão previstos nos artigos 25° e 26° do Estatuto.

FRANCISCA LUISA RIBEIRO FIGUEIREDO
Presidente
(DAR – NCz$ 1.205,10)

EDITAIS AVISOS E DECLARAÇÕES

AVISO

Com esta edição vai publicado um Suplemento contendo, entre outras matérias, ATAS, CONTRATOS, CONVÊNIOS, BALANÇOS, EDITAIS, AVISOS E DECLARAÇÕES.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONCURSO PÚBLICO PARA O CARGO DE AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – ÁREA DESENVOLVIMENTO URBANO LIMPEZA URBANA

AVISO Nº 118/90 – IDR

A SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS – IDR, no uso de suas atribuições e tendo em vista o constante no Edital nº 019/90 – IDR publicado no DODF nº 29 de 09/02/90, comunica que:

a) o resultado da Prova Prático-Oral encontrar-se-á afixado no Quadro de Avisos do IDR a partir das 14 horas do dia 06/03/90;

b) os candidatos aprovados nos termos da alínea "b" subitem 1.1, ficam convocados para a apresentação dos títulos, de acordo com o disposto no subitem 4.2.1 no período, local e horário a seguir discriminados:

Período: 08 à 09/03/90
Horário: 13h às 17h
Local: IDR

Brasília, 05 de março de 1990

WANDA DE MELLO LÔBO ROCHA
Superintendente

**SECRETARIA DA CULTURA
FUNDAÇÃO CULTURAL DO
DISTRITO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE
ADMINISTRAÇÃO GERAL**

**AVISO DE TOMADA DE
PREÇOS**

TOMADA DE PREÇOS Nº: 001/90-CPL-FCDF.
ABERTURA: 21.03.90
HORÁRIO: 15:00 horas
OBJETO: Fornecimento de cheques de alimentação

O PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL, torna público para os interessados, que na data e horário acima indicados, na Sala de reuniões, situada a Via N2 Anexo do Teatro Nacional Claudio Santoro, Setor Cultural Norte, reunir-se-á a referida Comissão, a fim de receber documentação e propostas para fornecimento dos materiais de que trata o Edital epigrafado.

Cópia do Edital poderão ser obtidas na Sala da CPL, no endereço acima mencionado, no horário de 13:00 às 18:00 horas.

Brasília-DF, 05 de março de 1990

CARLOS AUGUSTO ANDRADE
DO AMARAL

**SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO URBANO**

NOVACAP

**COMISSÃO PERMANENTE DE
LICITAÇÃO**

AVISO

TOMADA DE PREÇOS Nº 011/90-CPL, PARA EXECUÇÃO TOTAL, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DE FORNECIMENTO E FIXAÇÃO DE ARAME FARPADO EM MURO PRÉ-MOLDADO E FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE ALAMBRADO COM ARAME FARPADO, NA QN – 410, ÁREA ESPECIAL Nº 02, EM SAMAMBAIA – DISTRITO FEDERAL, COM RECURSOS PROVENIÉNTES DO CUSTEIO DA NOVACAP.

Comunicamos às empresas inscritas no Registro Cadastral da NOVACAP, Grupo 3 – Subgrupo – 3.29 PEQUENAS OBRAS – categorias "A" ou "B" que a licitação em epígrafe será realizada às 14:30 horas do dia 20 de março de 1990, na Sala de Licitações CPL., localizada no 1º andar do Bloco "A" do Conjunto sede da NOVACAP, situado no Setor de Áreas Públicas – Lote "B".

O custo do Edital é de NCz$ 610,72 (seiscentos e dez cruzados novos e setenta e dois centavos), e as interessadas poderão lê-lo, obtê-lo e colher todas as informações necessárias no endereço supra.

Brasília-DF., 05 de março de 1990
MARCIO ANTONIO PATELLO
SALDANHA
Presidente da CPL

**SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO URBANO
AVISO**

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO SLU, comunica aos interessados que em função de problemas Administrativos com o Edital de Tomada de Preços nº 012/90, a Administração do Serviço Autônomo de Limpeza Urbana, resolveu REVOGAR a licitação que seria realizada pelo Edital acima.

Assim que forem concluidos os novos estudos que estão sendo realizados sobre o objeto proposto no Edital em tela, será procedida nova licitação.

Brasília-DF, 05 de março de 1990

DJALMA MENDES FERREIRA
Presidente da Comissão
em exercício

**SECRETARIA DE TRANSPORTES
SOCIEDADE DE TRANSPORTES
COLETIVOS DE BRASÍLIA
LIMITADA – TCB
COMISSÃO PERMANENTE DE
LICITAÇÃO**

**REF:. TOMADA DE PREÇOS Nº
033/90-CPL/TCB**

AVISO

A Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Limitada – TCB, às 09h30min. do dia 21 de março de 1990, receberá através de sua CPL, documentação para habilitação e propostas das firmas interessadas no FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ITENS DO SOFTWARE E HARDWARE, sob o regime de menor preço global.

O Edital e demais elementos encontram-se à disposição dos interessados, na Sala do Serviço de Compras da TCB no Setor de Garagens Oficiais Norte, Quadra 06, Bloco "A" – Brasília – DF., nos horários de 08h30min. às 11h30min. e das 14h30min às 17h30min., mediante apresentação do Comprovante de Recolhimento da Taxa de NCz$ 50,00 (cinquenta cruzados novos) a ser efetuado na Seção de Movimentação Financeira da "TCB".

Brasília-DF., 28 de fevereiro de 1990

EDMUNDO ADRIANO DE MELLO
BAPTISTA
Comissão Permanente de Licitação
Presidente

**SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
ACADEMIA DE POLÍCIA CIVIL - APC**

CONCURSO PÚBLICO PARA DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL Nº 003/90-APC

A DIRETORA DA ACADEMIA DE POLÍCIA CIVIL DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o constante do Edital nº 001/86-APC, publicado no DODF nº 161, de 25.08.86 e republicado no DODF nº 164, de 28.08.86, e bem assim, o Parecer da Coordenação Normativa dos Sistemas de Apoio/SEA/DF, emitido no Processo nº 030.007398/89,

R E S O L V E :

HOMOLOGAR, por força de liminares concedidas em Mandados de Segurança, as matrículas no Curso de Formação Profissional para Delegado de Polícia, dos servidores policiais abaixo relacionados:

Nº DE ORDEM	N O M E	MATRÍCULA
	TURMA "A"	
01	Adauri da Silva Gomes	26.490-3
02	Ademar de Jesus Menezes	22.132-5
03	Alberto Batista dos Santos	24.211-X
04	Alírio de Oliveira Neto	23.404-4
05	Aluízio Gonçalves de Carvalho	22.950-4
06	Antônio Iris da Costa	19.640-1
07	Arnaldo Peixôto	20.763-2
08	Bartolomeu Araújo	24.045-1
09	Cleber de Oliveira Domingues da Silva	22.785-4
10	Eliton Nonato dos Santos	23.429-X
11	Ernesto dos Santos Rosa Filho	25.456-8
12	Francisco Antonio da Silva	22.974-1
13	Gilson de Oliveira Braga	24.229-2
14	Jerônimo Luiz Alves	20.420-7
15	Joana D'Arc de Oliveira Franco	21.164-8
16	Joás de França Barros	20.773-X
	TURMA "B"	
17	José Rodrigues da Silva	19.503-0
18	Jurandir Teixeira Pinto	22.968-7
19	Luiz Antônio Silva Oliveira	20.784-5
20	Manoel Aristides Sobrinho	23.408-7
21	Marcus Antonio Bittencourt	19.564-2
22	Mário de Almeida Costa Filho	19.223-7
23	Olavo da Silva	25.927-6
24	Raimundo Paiva da Silva	21.202-4
25	Sérgio Dias Mariano	25.929-2
26	Virgínia Aparecida R. Neto Vasconcelos	23.793-0

Belª JOSELITA VIANA E SILVA
Diretora da Academia de Polícia Civil

**SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO URBANO
TERRACAP
COMPANHIA IMOBILIÁRIA
DE BRASÍLIA
CONCORRÊNCIA PÚBLICA PARA
VENDA DE IMÓVEIS
EDITAL Nº 04/90-IMÓVEIS**

A COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA – TERRACAP, empresa pública vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Governo do Distrito Federal, leva ao conhecimento dos interessados que colocará à venda, em licitação pública, no dia 04.04.90, lotes destinados a: comércio local, comércio/residência, re-

to até 03 habitações, mansão, habitação/comércio, comércio varejista, comércio de prestação de serviço, associações beneficentes e de classe, centro de ensino, biblioteca, centro religioso e assistência social, clínicasem geral, agência bancária ou financeira, centro comunitário/cultural, ensino seriado e não seriado, igreja/templo, laboratório, órgãos públicos e outros situados no Plano Piloto e cidades-satélites, obedecidas as condições do Edital nº 04/90-Imóveis, cujos exemplares e propostas de compra poderão ser obtidos nas agências do Banco de Brasília S/A — BRB, nas Administrações Regionais e na sede da Empresa localizada no SAI/NORTE, BLOCO "F" (próximo ao Palácio do Buriti) a partir de 12.03.90.

As propostas de compra deverão ser entregues entre as 9:00 e 10:00 horas, do dia 04.04.90, no Auditório do Edifício-Sede da Companhia, e sua abertura se dará após o encerramento da primeira etapa dos trabalhos (recebimento das propostas).

O depósito da caução poderá ser feito até o dia 03 de abril de 1990, somente nas agências do Banco de Brasília S/A — BRB.

Brasília, 02 de março de 1990.

HUMBERTO LUDOVICO DE ALMEIDA FILHO
Presidente

(Dias 5,6 e 7)

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA — CAESB ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO da Companhia de Água e Esgotos de Brasília — CAESB convida os Senhores Acionistas para participarem das ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIA E ESTRAORDINÁRIA que cumulativamente serão realizadas em sua sede, Edifício-CAESB, 5º andar, Quadra 4, Bloco "A", nºs 67/97, Setor Comercial Sul, nesta Capital, às 11 horas do dia 14 de março de 1990, a fim de deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA:

a) ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

I — tomada de contas dos administradores, exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo;

II — modificação do capital social com a capitalização da correção monetária, verificada em 1989;

III — eleição dos membros do Conselho Fiscal, em cumprimento ao disposto no artigo 162, § 3º, da Lei 6.404/76.

b) ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

I — deliberação sobre a proposta da administração para aumento do Capital Social de NCz$ 86.679.508,50 para NCz$ 1.256.002.673,20;

II — alteração do artigo 4º do Estatuto da CAESB;

III — assuntos gerais de interesse da CAESB.

Brasília, 02 de março de 1990
ULISSES ASSAD
Presidente Substituto

(Dias 5,6 e 7)

SECRETARIA DE TRANSPORTES SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA LIMITADA — TCB COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO REF. CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 004/90 — CPL/TCB AVISO

A Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Limitada — TCB, às 09h30min. do dia 04 de abril de 1990, receberá através de sua CPL, documentação para habilitação e propostas das firmas interessadas na PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ARMADA E DESARMADA, ATRAVÉS DE CONTRATO A SER CELEBRADO POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, sob o regime de menor preço global.

O Edital e demais elementos encontram-se à disposição dos interessados, na Sala da Seção de Compras da "TCB", no Setor de Garagens Oficiais Norte, Quadra 06, Bloco "A", Brasília-DF, nos horários de 08h30min às 11h30min. e das 14h30min. às 17h30min., mediante apresentação do comprovante de Recolhimento da Taxa de NCz$ 50,00 (Cinquenta cruzados novos) a ser efetuado na Seção de Movimentação Financeira da "TCB".

Brasília-DF, 01 de março de 1990

EDMUNDO ADRIANO DE MELLO BAPTISTA
Comissão Permanente de Licitação
Presidente
(Dias, 05, 06 e 07)

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO CMP 11ª RM COMISSÃO DE LICITAÇÃO REGIONAL AVISO DE LICITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 004/90-CMP/11ª RM

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios integrantes do quantitativo de Rancho (QR).

ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO: Até 20 de março de 1990 às 10:00 horas.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: Dia 23 de março de 1990 às 10:00 horas.

O Edital com todas as informações poderá ser adquirido no Depósito Regional de Subsistência/11 — Setor Militar Urbano — Brasília-DF, no horário de 08:00 às 17:00 horas, ao preço de NCz$ 50,00 (cinquenta cruzados novos).

Brasília-DF, 02 de março de 1990

ANTÔNIO CLARET DA MOTA — TC Inf. QEMA
Presidente
(Dias 5, 6 e 7)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MT — DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM — DNER AVISO DE LICITAÇÃO — EDITAL Nº 01/90 TOMADA DE PREÇOS

O DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM-DNER, através de sua Representação no Distrito Federal sito no Setor de Autarquias Norte — Quadra 03 Lote "A" — 4º Andar do Edifício Núcleo dos Transportes nesta Capital, torna público que fará realizar no dia 20 de março de 1990, licitação para contratação de uma firma especializada, para prestação de Serviços de Limpeza e conservação, no Edifício Núcleo dos Transportes.

Os interessados poderão obter o Edital e informações sobre a licitação no endereço acima citado, sala 44.230.

Brasília/DF, 01 de março de 1990. Osvaldisson Jorge de Aquino. Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

(Dias 2,5 e 6)

INSTITUTO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DIREÇÃO GERAL UNIDADE LOCAL DE SERVIÇOS GERAIS DIVISÃO DE MATERIAL AVISO DE LICITAÇÃO

A Divisão de Material de Unidade Local de Serviços Gerais, leva ao conhecimento dos interessados que na data abaixo especificada, no SAS Quadra 04, Bloco "N" Sala 416, nesta Capital, serão recebidas as propostas e documentos de habilitação, referente a licitação a seguir discriminada:

Concorrência nº 01/90 — Aquisição de conjuntos radiológicos para exames gerais.

Encerramento: 02.04.90 às 09:00 horas.

O EDITAL contendo as condições de habilitação, especificações e mais detalhes, encontra-se à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado, no horário de 08:00 às 17:00 horas, onde também serão prestados maiores esclarecimentos.

EVERALDO MARQUES DO NASCIMENTO
Diretor da Divisão de Divulgação Comunicação e Biblioteca
(Dias 2,5 e 6)

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE BRASÍLIA — DF SEDE PRÓPRIA — SCS — ED. JOSÉ SEVERO — 7º ANDAR — BRASÍLIA-DF, FONES: 224-3808 EDITAL RECOLHIMENTO CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

De acordo com o artigo 605, da CLT, levamos ao conhecimento dos senhores empresários estabelecidos no DF que o desconto da CONTRIBUIÇÃO SINDICAL de seus empregados deverá ser efetuado na folha de pagamento do mês de março de 1990 e depositado na Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, ou estabelecimentos bancários nacionais integrantes do sistema de arrecadação de tributos federais, até o dia 30.04.90, sob pena de aplicação do que dispõe o artigo 600 da CLT — (multas, juros, adicional por extensão de atraso). Brasília-DF, 22 de fevereiro de 1990.

RAIMUNDO NEVES
Presidente
(DAR NCz$ 3.337,20)
(Dias, 5, 6, 7)

SUMÁRIO

ATOS DO GOVERNADOR 3
GABINETE CIVIL 7
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO 7
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO ... 7
SECRETARIA DA FAZENDA 11
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 11
SECRETARIA DE SAÚDE 11
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO 13
SECRETARIA DE TRANSPORTES 14
SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUÇÃO 15
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA 16
SECRETARIA DE IND. COM. E TURISMO 16
SECRETARIA DO TRABALHO 16
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL 16
SECRETARIA EXT. DOS ASSUNTOS DE HABITAÇÃO 16
ATAS, CONTRATOS, CONVÊNIOS E BALANÇOS 17
EDITAIS, AVISOS E DECLARAÇÕES .. 18